



# Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretaria-  
da pelos Senhores Deputados Del Ciel e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes  
Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori  
Luiz, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Li-  
ma, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio  
Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy  
Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell,  
Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Ma-  
noel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos,  
José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lá-  
zaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oli-  
veira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor  
Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisós-  
tomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado,  
Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga,  
Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-  
se ausentes os Senhores Deputados Augusto Carneiro, Nilso  
Sguarezi, Adalberto Daros, João Elísio, Renato Bernardi e  
Romero Filho (06). Em licença especial, os Senhores Depu-  
tados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente  
declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus,  
iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão  
anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-  
tal, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Ple-  
nário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 97/81, que alte-  
ra o inciso II, do artigo 60, da Lei Complementar n.º 07, que  
trata da aposentadoria dos professores.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-  
tal, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Ple-  
nário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 122/81, que au-  
toriza o Poder Executivo a conceder auxílio de Cr\$ 5.000.000,00  
(cinco milhões de cruzeiros) ao Hospital de Caridade de Palmei-  
ra.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-  
tal, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Ple-  
nário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 131/81, que ins-  
titui o sistema de reajuste semestral de vencimentos.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-  
ções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consi-  
gado em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar à fa-  
mília OHLWEILER, pelo falecimento do Sr. EDVINO  
OHLWEILER, conceituado pioneiro da cidade de Marechal  
Cândido Rondon.

Requer, ainda, após aprovado este requerimento seja dado  
ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) WERNER WANDERER

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-  
buições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,  
REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto  
de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JAPYR DE  
FREITAS, ocorrido no último domingo, na cidade de Mor-  
retes.

O extinto, pessoa da mais alta respeitabilidade, exercia  
suas atividades na indústria e no comércio daquela cidade,  
tendo seu desaparecimento causado geral consternação no seio  
da sociedade morretense onde gozava de elevado conceito gra-  
ças ao seu caráter íntegro e suas qualidades de homem hones-  
to e trabalhador, virtudes que o tornaram credor da simpatia  
e admiração de todos os que o conheceram e tiveram o privi-  
légio de desfrutar de sua amizade.

Deixa viúva, a Senhora Natalvyr de Freitas.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se  
ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) NELSON BUFFARA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a  
consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um  
voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capi-  
tal, do Senhor MÁRIO BERNOLDI.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário dê-se ciên-  
cia à família enlutada, através da Senhora NELCY FORMI-  
GHIERI BERNOLDI, residente à Rua Dr. Murici n.º 1019,  
nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-  
buições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, voto de  
congratulações aos organizadores e participantes do III FESTI-

VAL DE MÚSICA MENSAGEM, uma promoção da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, na Vila Fanny, realizado no sábado, 21/11/81.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente 1.200 pessoas estiveram no Ginásio de Esportes João Paulo II, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na Vila Fanny, vibrando com a realização do III Festival de Música Mensagem, numa festa coroada de pleno êxito. Vinte e três músicas participaram da final do Festival, sendo verdadeiros hinos de pregação de amor a JESUS. Na oportunidade, destacamos o vigário da paróquia Frei Justino, bem como o Sr. Elizeu Siebert e demais participantes que abrihantaram o evento.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao radialista LUIZ CARLOS MARTINS pelo lançamento do livro de sua autoria, intitulado "Agora e Sempre", solicitando seja oficiado ao profissional sobre a decisão desta augusta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O radialista Luiz Carlos Martins acaba de lançar o livro "Agora e Sempre", reunindo crônicas e pensamento que divulgou ao longo de sua profícua vida profissional. Trata-se de um retrato fiel da própria personalidade e caráter de seu autor, voltado sempre para o bem do próximo segundo uma visão cristã. É, na verdade, uma perenização do bem que diariamente faz a milhões de pessoas através de seu programa matinal na Rádio Independência - líder absoluto de audiência radiofônica paranaense - transmitindo mensagens de esperança, confiança e sadio otimismo. Por isso, o novo livro de Luiz Carlos Martins merece a nossa manifestação de júbilo.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça, solicitando as seguintes informações:

- Quantas fugas ocorreram na Penitenciária Central do Estado?
- Quantas fugas ocorreram na Prisão Provisória de Curitiba?
- Quantas fugas ocorreram na Colônia Penal Agrícola "Manoel Ribas"?
- Quantas fugas ocorreram no Presídio de Mulheres e Manicômio Judiciário do Estado?

O presente pedido, se refere ao período que vai de 1.º de janeiro de 1979, até a presente data.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, se justifica diante dos inúmeros casos de fuga que têm ocorrido nesses últimos anos. De um lado, a imprensa informando os casos ocorridos, em número assustador. Como em contrapartida não temos conhecimentos das medidas e soluções tomadas pelo Secretário da Justiça. Diante da gravidade desses fatos é que buscamos através deste, esclarecimentos a respeito.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, sobre a remessa de 5.200 sacas de cimento para a Prefeitura Municipal de Carlópolis.

Em caso positivo, este material seria destinado para que? Qual a data da remessa? E se houve por parte da Prefeitura, prestação de contas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER da Secretaria de Segurança Pública a devida atenção aos graves problemas de segurança que ocorrem em Palmas, bem como as deficiências materiais e humanas daquela Delegacia de Polícia.

Que da decisão comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Câmara Municipal de Vereadores de Palmas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Não constitui nada de incomum o problema da segurança pública em Palmas. A insegurança é comum a todos e no atual momento exige de todos a preocupação para combatê-la. No entanto, a Delegacia de Polícia de Palmas tem deficiências que só ali existem, desde as primárias condições da salubridade do velho edifício onde está instalada, até a deficiência de pessoal para o seu mínimo funcionamento. A comunidade palmense merece, por parte das autoridades estaduais, uma atenção melhor. O aparelhamento mínimo da Delegacia de Polícia, naquela Comarca, é um imperativo de segurança e de eficiência até para a Justiça do Estado.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pela instalação, na última sexta-feira, do Posto Avançado do Banco do Brasil, em solenidades que contou com a presença do Professor Aléssio Vaz Primo, Diretor de Crédito Agrícola daquele banco, de uma dezena de prefeitos municipais da Região Sudoeste, dos Senhores Secretário de Estado Octávio Cesário Pereira Júnior, representando o Governador Ney Braga e Dr. Renato Johnson, do Interior e de centenas de populares daquele progressista município.

Requer-se, ainda, que da decisão desta Assembléia, se dê conhecimento ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Osvaldo Collin, ao Diretor de Crédito Rural, Dr. Aléssio Vaz Primo, ao Sr. Prefeito Municipal de São Jorge do Oeste, Adelarte de Bortolli, bem como ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge do Oeste, dando-se conhecimento às referidas autoridades do inteiro teor, com a justificativa.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

São Jorge do Oeste, próspero município da rica Região Sudoeste do Paraná, viveu na sexta-feira passada um dia de festa pela inauguração do Posto Avançado do Banco do Brasil - inauguração que integrou as solenidades relativas à comemoração do 18.º aniversário daquela comuna.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro preferência na votação do Projeto de Lei n.º

110/81, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) FUAD NACLI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio das notas taquigráficas referentes ao pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel, onde o mesmo denunciou crime de responsabilidade do Prefeito Municipal de Carlópolis, por vender no vizinho Estado de São Paulo, 5.200 sacas de cimento pertencente ao patrimônio público, ao Sr. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, para a instauração do competente inquérito policial e o imediato afastamento do Prefeito denunciado.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

GABRIEL MANOEL

RENATO BUENO

VALDUGA

NELSON BUFFARA

DÁCIO LEONEL

DENI SCHWARTZ

JOSÉ TAVARES

FUAD NACLI

PINTO DIAS

TÉRCIO ALBUQUERQUE

TADEU LÚCIO MACHADO

EDILSON ALENCAR

ANTÔNIO COTRIM

TRAJANO BASTOS

FRANCISCO ESCORSIN

LINEU TURRA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão de um voto de pesar pelo falecimento de DOMINGOS TRIDA, com 62 anos de idade, falecido em 22 de novembro de 1981, na cidade de Borrazópolis, onde era agricultor, residindo há muitos anos naquele município, com grande círculo de amizades. Deixou viúva Dona Maria Trida, e vários filhos, todos residentes em Borrazópolis.

Requer, também, que seja dado ciência à família enlutada, através da viúva, Senhora Maria Brida.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 151/81

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A figura do eminente Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, é por demais respeitada e conhecida nos meios forenses, jurídico e social de nosso Estado, o que por si só dispensa maiores encômios para justificar a proposição que ora submetemos à apreciação desta augusta Casa de Leis.

Os dados biográficos que anexo apresentamos, a história e

a vida profissional do eminente Desembargador em prol da comunidade estadual comprovam a justiça da medida proposta, que nada mais irá retratar que o reconhecimento do povo paranaense a um dos seus mais brilhantes filhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna para prestar homenagem póstuma a um ilustre paranaense e pioneiro da minha terra Campo Mourão, Dr. NELSON BITTENCOURT PRADO, o qual deixou o nosso convívio no último dia 19, nesta Capital.

Nasceu Dr. Nelson Bittencourt Prado, em Guarapuava, filho de João Lemos do Prado e Higina Lemos do Prado, sendo formado em Direito, Jornalismo, Estatística, era ainda, líder municipalista, e desempenhava as funções de assessor na FAMEPAR, órgão ligado ao municipalismo paranaense. Era também, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

NELSON BITTENCOURT PRADO foi advogado em Campo Mourão, e por seu espírito humanístico deixa aquela cidade e seu povo entristecido, porque foi uma daquelas pessoas que marcou época e serviu de exemplo, principalmente à minha geração.

Foi Vereador em Campo Mourão, tendo posteriormente se transferido para esta Capital, onde montou um escritório para dar apoio aos municípios da região do Vale do Piquirivaí, o que bem demonstra a sua alta preocupação com o município que é a base da Nação.

NELSON BITTENCOURT PRADO, editou em Campo Mourão o primeiro jornal daquela cidade, chamado "Correio de Campo Mourão", em 1951, um semanário independente, e posteriormente o Jornal denominado "Vale do Piquirivaí". Dentre as frases que pronunciou elogiando a sua terra, guardamos uma que as repetimos nesta tarde para que os Anais desta Casa registrem: "Campo Mourão, Jóia Engastada na Mesopotâmia do Verde Vale do Piquirivaí".

Campo Mourão o adotou como seu filho ilustre, lhe concedendo o honroso Título de Cidadão Honorário, o que há uma idéia do que foi esta grande figura, que deixa uma profunda lacuna nos meios culturais do Estado do Paraná, pelo seu saber e seu ideal voltado para o desenvolvimento e o bem comum.

Campo Mourão e o Parana perderam um grande filho.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ainda, quero registrar aqui o editorial do jornal "Correio de Campo Mourão", do qual era proprietário, e que tinha como Diretor de Redação, o Sr. AUGUSTO WALDRIGUES, na sua primeira edição, do dia 10.10.81, prova da sua preocupação com Campo Mourão e região:

"No ensejo da comemoração cívica do quarto aniversário da elevação de Campo Mourão à categoria de município autônomo temos a grata satisfação de entregar ao seu povo, pacífico e laborioso a primeira edição do CORREIO DE CAMPO MOURÃO, que inicia assim sua caminhada através da senda gloriosa do jornalismo paranaense no dia em que assinalamos o transcurso da data máxima de nossa vida comunal."

Apesar da simplicidade e modéstia de sua apresentação o nosso primeiro jornal, traz estampadas nas suas páginas a promessa solene, espontânea e sincera de servir ao povo e pugnar intransigentemente pela sua grandeza econômica, cultural e social, estudando e divulgando nos mais distantes e longínquos rincões da Pátria as possibilidades e as realidades de Campo Mourão.

Não podíamos, por isso mesmo, adiar o nosso agradeci-

mento. E, iniciando a nossa jornada pelos ínvios e ásperos caminhos do futuro desconhecido e indezível, exatamente no dia de nossa emancipação político-administrativa, quisemos prestar ao bravo e culto povo campomourãoense o maior e mais sincero preito de nossa homenagem e admiração, entregando-lhe este jornal, que será pelo tempo em fora o arauto da liberdade e a sentinela avançada de seu progresso e engrandecimento econômico-social.

A voz altissonante, independente e forte do "CORREIO DE CAMPO MOURÃO", será a própria voz livre, inquebrantável e altaneira da gente progressista e patriótica que habita e povoa estes pagos cujo estoicismo e a concretização do bandeirantismo moderno, dos heróicos desbravadores do sertão embastecido e bravo.

Ufanamo-nos pelo acerto e alcance desta iniciativa e congratulamo-nos com os que labutam no comércio, na indústria, na lavoura, no campo, nas escolas, nas fábricas, nos transportes, nas florestas, enfim com todos quantos na faina do trabalho diuturno, silencioso e pacífico, são os construtores anônimos da grandeza do município, célula viva do engrandecimento e pujança da Pátria.

Nó mundo em que vivemos, ninguém pode prescindir da colaboração dos serviços da imprensa moderna como veículo de divulgação e propaganda e como arma poderosa no tratamento e consecução das grandes causas, nos empreendimentos de envergadura e na mensuração dos fatos sociais em quaisquer setores da atividade humana.

Se forçoso é reconhecer que existe a boa e a má imprensa; sendo boa quando a serviço do bem e má, quando propaga a discórdia, fomenta intrigas, espalha o mal e prega a calúnia, a salsugem e a difamação, não receamos em proclamar alto e bom som, que esta folha tem uma missão sagrada a cumprir; propugnar as causas e legítimas aspirações do povo em tudo que disser respeito aos interesses da coletividade.

Fiéis a essa orientação, não temos cor político-partidária, não alimentamos idéias escusas e deletérias, nem temos qualquer filiação de natureza ideológica de credo religioso ou filosófico."

Todos, indistintamente, encontrarão guarida nestas páginas para defesa de seus interesses e divulgação de suas idéias, desde que o objetivo comum seja a verdade e a virtude. Dentro deste princípio, acreditamos estar trabalhando por todos e, sem retroagir, sem mistificar, sem desviar a rota traçada, cumprimos o nosso programa de ação aqui delineado.

O direito de análise, de combate e de crítica honesta e construtiva que nos assiste, será exercido com isenção de ânimo, independência e senso de justiça, com estrita e rigorosa observância da verdadeira ética do jornalismo moderno, da linha de conduta que nós traçamos e dos postulados do regime que vivemos.

Na trajetória de nossa destinação de órgão livre e independente, focalizamos os fenômenos e fatos dos mais variados aspectos que constituem o arcabouço da obra de brasilidade realizada nessa comuna, como contribuição altiloquente e valiosa à evolução e desenvolvimento do Oeste paranaense, do Estado e da Nação. Não fugiremos aos pesados compromissos a que de modo próprio nos submetemos e com o auxílio de Deus haveremos de superar os obstáculos que nos deparem no caminho.

Primeiros vedetas de um posto avançado, permaneceremos ativos e vigilantes na estacada, convictos de que cumprimos um dever e desempenhamos um encargo a nós delegado pelo povo, cuja causa propugnamos e de cuja colaboração não poderemos prescindir.

Só assim, venceremos e só assim teremos cumprido nossa missão.

Bem sabemos das finalidades com que teremos que lutar para levarmos a bom termo esta tarefa; mas, de um esforço conjunto dependerá nossa vitória, que será a vitória do próprio

povo.

Que não nos falem o apoio e a colaboração de todos quantos aspiram o progresso e a grandeza dessa terra e estamos certos de que atingiremos, com a vitória final, o objetivo colimado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada foram inauguradas as novas instalações do BANESTADO, em Castro, localizadas num prédio construído pelo pioneirismo do Sr. Nazem Fadel.

Nesse dia até o Presidente Regional do PDS, Deputado Norton Macedo esteve em Castro.

Foi a Castro para dizer que "quando o atual Governo promete, faz, paga, enquanto outros Governos fazem, às vezes anunciam mais do que fazem, e deixam as obras para serem pagas pelos sucessores".

Foi na melhor das hipóteses, ridículo.

Foi dizer asneiras numa cidade que tem profunda gratidão ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, de quem Castro recebeu uma enorme gama de benefícios.

É uma pena que o desafortunado Deputado ignore que no Governo Canet, Castro recebeu o acesso asfáltico, a pavimentação até Castrolândia, as reformas do Hospital de Caridade, do Preventório Infantil e das Escolas Vicente Machado e Lineu Novaes.

É uma pena que ignore que no Governo Canet o Colégio Agrícola foi ampliado, prédios de alvenaria foram construídos para as escolas de Abapan, Serra do Apon e Terra Nova, além das construção de outra grande escola na Vila Rio Branco.

Será que o Deputado tem conhecimento de que a eletrificação dos Distritos de Abapan e Socavão e a colocação de telefones nesses Distritos, são obras do Governo Canet?

Será que lhe contaram que Carambei, no Governo Canet dentre outros benefícios, recebeu ampliação da rede elétrica, rede de água e até mesmo o mais moderno sistema de telefonia, com a Discagem Direta Internacional?

Teriam contado ao Deputado Norton Macedo que a Estrada Castro-Tibagi foi construída no Governo Canet?

São coisas que o Deputado deveria saber, para justificar os votos que recebeu nas últimas eleições de meu povo.

A sua grande obra em Castro até agora foi a destituição da representante do FUNRURAL, para fazer o que é de seu comportamento político: politicalha!

Falou ainda o Deputado-Presidente que seu partido "já pode caminhar unido e seguro para a vitória, porque os desleais, os desertores, já foram para o outro lado". E num impulso de covardia nenhum nome mencionou.

Contudo não é a primeira vez que tal afirmação é feita, não apenas pelo Deputado Norton Macedo, mas até mesmo pelo Governador Ney Braga. Pela insistência de suas declarações, já que os mesmos se escondem e não dizem nomes, tem-se a impressão de que tal pecha é dirigida aos antigos arenistas que não ficaram no PDS. E, partindo dessa premissa, teríamos que recordar que vários são os vereadores, prefeitos e deputados que pertenciam ao único partido de oposição da época, o MDB, e que hoje estão filiados ao PDS. Dentre outros prefeitos, bastaria mencionar os Prefeitos de Londrina e Ponta Grossa. Deputados são vários que eram do MDB e hoje estão no Partido do Governo. Será que para o Deputado Norton Macedo, todos eles também são desleais e desertores? Ou só é desleal e desertor quem sai do partido do Governo?

É incrível que tais declarações sejam feitas pelo Deputado Norton Macedo — figura política inventada pelo Sr. Ney Braga e

cujas primeiras eleições foram consideradas como o início da bionidade na política brasileira.

O Deputado Norton Macedo aprecia muito os ataques pessoais.

No passado dirigiu pesadas e inconseqüentes infâmias contra o Senhor Paulo Pimentel.

Mais tarde, quando Pimentel já era Deputado e dizia-se membro do PDS, o mesmo Deputado com largos sorrisos dizia-se honrado em tê-lo no partido.

É um Líder criado numa encubadeira.

Fez outra afirmação em Castro, só admissível para os cafagestes da política. Foi dizer que Castro precisa de um representante na Assembléia Legislativa que "honre o voto do povo e não abandone os companheiros nas horas de decisão política". Só de um cafageste meu povo poderia ouvir tamanha idiotice.

Tenho honrado o voto de meu povo, trabalhando por ele e sendo grato aos que trabalharam por Castro. Minha gente conhece a palavra gratidão. E não serão os "nortões" que andam soltos por aí que serão capazes de enganar. Esse balofo "Delfim paranaense" precisa acostumar-se com a idéia de que está despreparado para dirigir um partido político, cuja presidência só lhe coube por suas notáveis qualidades de puxa-saquismo oficial.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não conheço a razão da ira do Deputado Dácio Leonel, demonstradas a poucos instantes desta tribuna, nem vim a esta tribuna para analisar tal assunto.

Creio, no entanto, que não é justo que se ouça nesta Casa, a um Parlamentar como o Deputado Norton Macedo, Presidente de um partido político, as assacadihas formuladas pelo Deputado Dácio Leonel, a quem respeito, mas, que me permito, neste momento de improviso, em refutá-las integralmente, até porque, o eminente Deputado Dácio Leonel deve ter convivido muito com o Deputado Norton Macedo, inclusive, na última eleição em Castro, onde fizeram uma dobradinha, para votação em Castro.

Creio, portanto, que esta Casa não deve ouvir o tipo de colocação absurdamente maldosa do Deputado Dácio Leonel, retuto-as integralmente, apesar de conhecer no Deputado Dácio Leonel, o direito de exercer livremente o seu mandato e expedir as suas colocações a respeito de qualquer figura do Paraná, de acordo com a sua vontade pessoal.

Da minha parte, quero registrar o meu descontentamento por esta Casa ter ouvido, hoje, colocações não próprias de um Parlamento e nem de um Deputado Estadual.

O assunto que me traz à tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, é a respeito do setor educacional.

"A cada novo ano o Brasil vê com tristeza a luta de milhares de jovens para a obtenção de uma vaga no restrito universo do ensino superior de nosso País. A escassa oferta de vagas para um formidável contingente de vestibulandos tem provocado o incrível e absurdo processo de elitização do ensino em nosso País. E o que é pior, Senhores Deputados, nessa elitização vê-se como principal responsável o próprio ensino da rede pública. São as falhas e deficiências do ensino público que tornam cada vez mais o vestibular um funil onde só uma elite tem passagem.

Essa situação acaba de ser analisada com profundidade em artigo assinado pelo jornalista Luiz Gonzaga de Mattos, sob o título "No Primeiro Grau, a Primeira Luta como Vestibulando", publicado na edição do último domingo, na "Gazeta do Povo". O articulista observa ali o disparate que vem ocorrendo

em nosso ensino, onde crianças da fase pré-escolar não recebem alfabetização em decorrência de proibição emanada da Secretaria de Educação.

Em contrapartida, essas mesmas crianças não-alfabetizadas são obrigadas a se submeter a testes de seleção em colégios particulares que aplicam em suas provas questões como leitura e ditado. E naquele artigo é citado como exemplo, colégios como o Medianeira, Bom Jesus, Meu Cantinho e Esperança. Surge aí uma situação incrível: proibida de ser alfabetizada a criança é, em seguida, submetida a um teste para avaliar sua alfabetização.

Percebe-se nisso tudo, um hiato entre a passagem de uma fase escolar para outra. Por que essa situação? Por que os colégios particulares se julgam no direito de realizar testes dessa natureza? Talvez pela simples constatação que a lei da oferta e da procura os tornam mais procurados que a rede pública de ensino. E isto ocorre por um simples motivo: as escolas públicas não estão se adequando a uma realidade educacional onde pela ordem natural das coisas, o concurso vestibular é a meta final.

Assim, quem quer se preparar para um vestibular precisa necessariamente, passar pelos diversos graus anteriores nos bancos de colégios particulares.

Em outras palavras, isto significa uma elitização do ensino. Se a frequência às universidades constitui direito dos mais aquinhoados, vê-se com tristeza que essa situação tem infelizmente sua origem já nos primeiros passos da criança na escala da do ensino.

Não somos contra a proibição feita pela Secretaria da Educação para a não-alfabetização na fase pré-escolar; tampouco somos contra, isoladamente, às exigências feitas pelos colégios particulares. O que não podemos aceitar é a co-existência pacífica dessas duas situações, pois, são completamente antagônicas e em prejuízo da população estudantil infantil e da própria imagem do ensino público.

Por esses motivos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que solicitamos hoje dessa tribuna à Secretaria de Educação uma posição sobre essa questão, eliminando essa incrível e absurda situação. Quer suspendendo essa proibição às pré-escolas ou então, promovendo gestões junto ao Conselho Estadual de Educação para que imponha normas aos colégios particulares no que diz respeito aos testes de seleção, abolindo as questões envolvendo a alfabetização.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Temos, hoje, na Ordem do Dia, a terceira discussão sobre o empréstimo de cem milhões de dólares que pretende o Governo do Estado.

E a propósito, disso, queremos aproveitar a oportunidade do Grande Expediente para, em cima de trabalhos feitos pela Fundação Pedrosa Horta e por diversos economistas de expressão nacional, a aduzir comentários conclusivos quanto a nossa participação nos debates sobre este volumoso empréstimo.

Já dizíamos, no encaminhamento de votação, na primeira discussão, de que, na verdade, o Brasil está sendo administrado pela sua dívida externa.

Mas, colocar, por colocar isto, sem entrar nos detalhes, na origem desta administração alienígena sobre os nossos destinos, seria superficial. E, por esta razão, vamos aprofundar um pouco a questão.

É preciso dizer que, na chamada "fase do milagre econômico" do País, milagre esse cujo "santo" era estrangeiro e, portanto, levou todas as benesses do mesmo para fora de nossas fronteiras, mas foi nesse período de 68 a 73, em que tivemos um

expressivo endividamento externo do País, ascendendo só na questão de comércio e serviços, mais de 3,35 bilhões de dólares!

Foi exatamente nessa fase que exportamos bastante, Sr. Presidente, Srs. Deputados; é que se nós tivemos expressivas exportações no período 68-73, não conseguimos gerar valores suficientes para poder importar aquilo que necessitávamos, na geração da economia, segundo a ótica oficial de então.

Portanto, as exportações produzidas não obtinham resultados suficientes nem para cobrir as importações que também necessitávamos, para implementar o projeto que estava sendo implementado.

E, na verdade, esse déficit que, de 68 a 73, ultrapassou a barreira dos três bilhões de dólares, tem uma origem evidente. Porque ele, na verdade, foi acumulado. E se nós deduzirmos, aqui, a parte referente ao movimento de capitais de risco, quais sejam, a entrada de investimentos empresariais estrangeiros, menos a remessa de lucros, que deu um total de um bilhão de dólares, teríamos um déficit efetivo de 2,36 bilhões de dólares.

E aí começa, efetivamente, a grande questão, a origem do nosso endividamento super-valorizado. Porque esse déficit foi financiado através de operação de crédito. Fomos buscar lá fora, já na época do "milagre", os dólares para pagar o déficit que tínhamos nesse setor. E isso prova e desmascara aquilo que seguidamente se ouve, de que precisamos buscar na poupança externa os recursos para promover o nosso desenvolvimento.

A propósito disso, até ouvimos aqui, uma pergunta, quando estava nesta tribuna, o Deputado Darcy Deitos, discutindo a matéria, de: "como se faz para poder implementar o desenvolvimento, sem recorrer à poupança externa?"

Dáí uma das falácias do modelo implantado no País, porque, o simples fato de, na fase do maior crescimento econômico do País, e não vamos, aqui, discutir os custos sociais que foram violentos, mas nessa fase ficou provado que a poupança externa não foi tão decisiva como alguns desejam. Porque, inclusive, tivemos esses déficits que ficaram claros, quando argumentei, há pouco, a importação e exportação, da época.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste estudo que temos em mãos, sobre a natureza e crise do processo de endividamento externo, somando-se a outros trabalhos de economistas independentes deste País, que tivemos o cuidado, sem conhecer profundamente, de fazer um estudo, chegando-se à conclusão muito clara de que, para cobrir o déficit da época do milagre, de 2,36 bilhões de dólares, nós brasileiros, através de nossas autoridades para as quais não demos procuração para tanto, tomaram 13,8 bilhões de dólares com um custo líquido de 1,7 bilhões em juros, para, entre outras coisas, ostentar uma reserva de 6,4 bilhões de dólares. Eis, talvez, o segundo tempo deste jogo de entreguismo que normalmente nós não estamos discutindo, porque, a rigor, se coloca a crise do petróleo como ponto de partida para o endividamento violento, agressivo, que tivemos. Estes dados, repito, são decisivos para se entender que, de 68 a 73 quando tivemos esse déficit efetivo de 2,36 bilhões de dólares, nós tomamos, lá fora, 13,8 bilhões, com um custo líquido de 1,7 bilhões à época, só de juros e, para ostentar reservas de 6,4 bilhões!

Veja, Sr. Presidente, e vejam, Srs. Deputados, bastavam apenas, naquele período, 6 bilhões de dólares para manter as reservas e, para a cobertura do déficit nesse período. No entanto, tomamos 13 bilhões. A tomada foi exagerada e, portanto, desnecessária porque foi duas vezes mais do que o estritamente necessário, e aí, começa realmente a "bola de neve" da qual este País não conseguiu mais sair dela, a financeira se instalou e nós estamos, através de empréstimos como este, aumentando ainda mais a velocidade desta "bola de neve".

Já em 73, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso balanço de pagamentos ficou ainda mais vulnerável porque, no momento que você realiza, como o Brasil realizou, essa tomada

exagerada, você criou uma vulnerabilidade nessa balança de pagamentos, como todos os economistas independentes são unânimes em dizer. Mas não basta só dizer, é preciso se referir, com muita firmeza, de que, falta de aviso é que não houve, porque, economistas como José Eduardo Carvalho Pereira, o próprio SEBRAP e diversas outras entidades democráticas deste País, na época, antes da crise do petróleo, conforme estudos que temos aqui em mãos, colocavam com evidência de que, estávamos indo para um "deblaque" financeiro a continuar aquela prática.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, entre outras coisas, essa tomada desnecessária e exagerada de dinheiro, lá fora, também implicou numa questão muito clara e fácil de entender, que, a grande utilização de crédito externo a revelava que, aqui, nós tínhamos, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do sistema financeiro doméstico, e o Governo Federal nada fez, nada produziu para permitir e incentivar a vinculação de financiamentos internos, ao sistema financeiro internacionalizado. Preocupou-se, de maneira muito clara, de, tão somente, buscar lá fora, para fazer e por em prática, as suas pretensões aqui dentro. E no momento em que não se criou o sistema financeiro doméstico, à época, e sendo necessário, não se criando nós acabamos nos entregando e fazendo com que as determinantes viessem efetivamente do estrangeiro. E, para suportar a política de crédito externo, nós obrigatoriamente fazíamos a dívida interna, porque, e aí é uma questão que na conclusão do nosso pronunciamento queremos checar perante os Srs. Deputados, é que, exatamente a cada tomada de dólares no estrangeiro, obrigatoriamente há que ter a contrapartida em cruzeiros. E aí, o Governo faz o quê? O lançamento de Letras do Tesouro Nacional, para gerar essa contrapartida em cruzeiros para a cobertura de dólares. E aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos uma outra fase que é exatamente a operação de transferência interna de fundos entre os tomadores de Letras do Tesouro Nacional e os devedores por empréstimos externos. E nada se fez para evitar. E aqui, o empréstimo de cem milhões de dólares mais uma vez passará por este caminho, e nós, ao buscar o dinheiro no exterior, há que se fazer a cobertura em cruzeiros, necessária, e, obviamente, isto significa o aumento da dívida pública do País por via de consequência, a emissão de, novamente, Letras do Tesouro Nacional ou Títulos similares, para mais uma vez endividar internamente e carrear fundos do País para pagamento desta dívida já incontrolável.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a preferência que o Governo fez e faz a estimular o crédito externo, acabou inibindo o nosso sistema financeiro interno e pedindo, inclusive, a participação de agências creditícias brasileiras no financiamento da formação do nosso capital com recursos que poderiam ser mobilizados internamente.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a facilidade de captação de financiamentos externos, inclusive para expandir os programas de recursos e ampliar as empresas do próprio setor público, correspondeu à super-utilização de créditos estrangeiros, quase sempre aliados à importação de bens de capital, que ocorria mesmo havendo recursos disponíveis.

Lembro-me ainda, na palestra do Secretário das Finanças, que o Deputado Deni Schwartz levantava uma questão crucial como da TELEPAR que há poucos anos atrás, o Paraná possuía mais de 60% das ações e hoje está com menos de 10% e aí a segunda e grande questão que surge no momento em que o Governo estimulou e ainda dá preferência, à busca de recursos externos para implementar programas aqui, exemplos típicos como a TELEPAR hoje subsidiária da TELEBRÁS, passa a ter um grave risco no futuro deste País, porque as empresas públicas no Brasil são setores fundamentais, hoje, na busca de recursos externos e no momento em que há quebra da receita das empresas públicas, é óbvio que elas que já estão super-endivida-



das poderão passar no futuro às mãos do interesse estrangeiro, porque a dívida existe, a receita diminui e os cortes orçamentários existem também. E qual é a situação das empresas públicas? Por via de consequência, é a mesma situação que acabará acontecendo com a empresa brasileira que estiver endividada, lá fora.

Mas Senhor Presidente, para concluir ainda essa fase um pouco mais árida, que também não é do nosso campo específico, mas que procuramos estudar para embasar o nosso voto e a nossa posição, é de que internacionalizou-se tanto provimento de crédito ao Brasil, que se criaram até condicionamentos quanto ao direcionamento da política cambial e monetária, como internacionalizou-se também a dívida pública, que a economia brasileira tornou-se, à vista de qualquer um, altamente vulnerável, vulnerável tanto às próprias flutuações do intercâmbio internacional e a elevação das taxas de juros. Quem não lembra há poucos dias o desespero que se lia em todas as colunas de importantes economistas, sobre exatamente o aspecto de que a cada espirro do capital norte-americano, aqui no Brasil acontece um terremoto nas nossas finanças e economia.

E a crise do petróleo, aí sim, acabou provando a todos nós de como estávamos vulneráveis à economia estrangeira.

Também gostaria ainda nesse raciocínio, a dizer que de 74 para cá, as importações brasileiras sofreram aumentos consideráveis, mas não básica e exclusivamente por causa do petróleo. Também e principalmente, a entrada de insumos e matérias-primas, geraram aumentos consideráveis nas nossas importações e o Governo da época, cego mais uma vez como tem sido cego, a linha mestra do Governo da Revolução é exatamente, dizia a todos nós que seríamos uma ilha de prosperidade e que, portanto, não havia que se preocupar com a crise do petróleo. A falta de uma política capaz, ágil, inteligente ante a crise, poderia ter evitado o déficit que acabou acontecendo.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se nós pegarmos só o rol da dívida externa dos últimos anos, para nos deixar realmente surpresos, a evolução efetiva. Quando nós tínhamos em 70 na dívida bruta 5,3 bilhões de dólares, na dívida líquida em 4,1 e passamos em 78 para 43,5 bilhões de dólares na dívida bruta e 31,6 bilhões de dólares na dívida líquida. E agora em 80, já ultrapassamos 54,5 bilhões de dólares a dívida bruta brasileira.

E esta bola de neve a cada novo empréstimo, acaba, portanto, ampliando mais essa derrocada que poderá levar um "deblaque" da própria economia brasileira, como haveremos de concluir pelo trabalho que temos em mãos da Fundação Pedrosa Horta.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Deni Schwartz. O Sr. Deni Schwartz — Peço o aparte apenas para tentar desmistificar esse argumento do Governo brasileiro, argumento totalmente destituído de veracidade de que a dívida brasileira se deve à crise do petróleo. E eu provo com dados. Na América Latina, os três maiores devedores internacionais são: Brasil, em primeiro lugar, México e Venezuela. Não é por coincidência que exatamente o segundo e o terceiro lugares dos devedores internacionais são dois países que produzem muito petróleo e exportam petróleo. Então, não é o problema do petróleo que fique bem claro isso, que levou o Brasil a se endividar dessa maneira como está endividado. O que levou o Brasil a se endividar, e isto é muito importante, o que levou o Brasil a se endividar, é o que está ocorrendo aqui no Paraná, nesta hora e neste instante. Quando se fazem empréstimos para comprar cortinas e carpetes para os gabinetes dos Senhores Secretários de Estado, porque até o momento apesar do grito e do berro dado por um Secretário de Estado, dentro da redação do "Diário do Paraná", indignado porque lá foi publicado os números que estão no orçamento, até esse momento, o Governo não esclareceu porque

está emprestando dinheiro no exterior. E eu só posso supor, como acredito na "honorabilidade" dos Senhores Secretários, eles naturalmente irão acarpetar e vão enfeitar e vão nomear gente para os seus gabinetes supérfluos.

Portanto, o problema da dívida externa brasileira não é petróleo. É que nós nos acostumamos a emprestar dinheiro para termos o supérfluo. Tanto assim, que mesmo a argumentação oficial e quero dizer com muita clareza, que fui um dos que aprovei empréstimos nesta Casa. Quando se tratou de construir Foz do Areia o nosso voto foi favorável, porque era uma obra de infra-estrutura que renderia dinheiro no futuro para se pagar. Quando se tratou de fazer empréstimos para hospitais regionais de Cascavel e de Maringá nós aprovamos, porque se tratava de dar saúde ao povo.

Mas, nobre Deputado Nelson Friedrich, alegar que vai se fazer obras nos municípios, é não dizer nada. Talvez, estejamos emprestando dinheiro, talvez, não sei; para mim se está emprestando dinheiro para se comprar carpete e cortinas para os gabinetes dos Senhores Secretários, até prova em contrário.

Agora, se derem essa prova em contrário, dizendo que são para obras municipais, eu diria o seguinte: "Eu não sei se o povo de Teixeira Soares está muito entusiasmado com a obra que ganharam da Secretaria de Desenvolvimento de Municípios, um terminal rodoviário. Porque em Teixeira Soares, segundo dados do próprio DER, numa revista mandada a todos os Srs. Deputados, a densidade, o número de ônibus que chegam e saem não passam de cinco ou seis por dia. E vai ter um terminal rodoviário em Teixeira Soares.

Não sei se o pessoal de Teixeira Soares está satisfeito em endividar o Estado para ter um terminal rodoviário. Isto para não falar nas canchas de esportes e outros supérfluos, que são supérfluos para um Estado que precisa se endividar em dólares para isto. Ou pior ainda do que isto, até prova em contrário, é para comprar cortinas e carpetes para embelezar os gabinetes dos Srs. Secretários.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e que me ensaje, inclusive, a direcionar esta parte final da nossa intervenção, na tribuna, sobre o empréstimo propriamente dito. Deputado Deni Schwartz, Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui está talvez a grande questão. O Sr. Secretário das Finanças quando esteve nesta Casa, foi incitado pelos Deputados do PMDB a que, se possível, remetesse, com urgência, o plano de aplicação dos cem milhões de dólares. Estamos esperando até agora.

Vamos votar hoje, pela terceira discussão, encerrando, portanto, a fase de discussão da matéria e eu desafio um Deputado do Governo para vir aqui dizer qual o plano de aplicação do empréstimo de cem milhões de dólares.

Não vou nem falar de que até agora não se sabe onde se buscarão os cem milhões de dólares, a que taxas de juros e tantas outras coisas mais que compõem um conjunto de empréstimo externo.

Mas fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por parte da Bancada do PMDB, a certeza de que nós não estamos, efetivamente, aprovando, até porque não sabemos o plano de aplicabilidade deste empréstimo. Ou por acaso, e aí me reporto ao que acaba de dizer o Deputado Deni Schwartz, a Secretaria dos Municípios fará o que fez em Toledo, no meu município, uma bela obra, com bonitas placas, um calçadão, quando a grande questão do município hoje é reter a poupança, o capital produzido, gerar novos empregos, criar, portanto, uma nova estrutura agro-industrial. Lá está a própria Associação Comercial e Industrial do Município levantando uma campanha de toda a região, para propor um plano de desenvolvimento integrado do Oeste do Paraná, para reter capital, para ter um fundo de industrialização, para gerar empregos, provando que em menos de dois anos todo o ICM que ficasse retido para este fundo, haveria de retornar em dobro para os cofres do Estado.

Não, isto não se fala.

Mas, o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que também não podemos esquecer que destes cem milhões de dólares, conforme sabemos e é a própria proposta do Governo, dez milhões seriam utilizados logo agora, em 1982, o que significa um bilhão, 180 milhões de cruzeiros, ao valor dólar do dia.

Mas ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que moral tem o Governo do Estado do Paraná para pedir empréstimos em dólares, com a parcela que vai ser colocada à disposição em 82, de dez milhões de dólares; que moral tem este Governo de pedir da Assembléia, isto? Quando em 1981 gasta, na verdade, 707 milhões de cruzeiros, para a manutenção de gabinetes e afins. E gastará, em 82, nada menos do que 2.640 milhões de cruzeiros.

Procede, Deputado Deni Schwartz, a preocupação de que esses dez milhões de dólares que entrarão já agora em 82, talvez se utilizarão preferencialmente para a manutenção de gabinetes, de novos tapetes, de novas mordomias, de novos interesses de altas Secretarias, para vincular-se eleitoralmente a projetos pessoais ou de grupos dominantes do Estado.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que moral tem o Governo de pedir dólares, quando só em 82, dota os gabinetes de Secretários, com mais de dois bilhões e 640 milhões de cruzeiros? Quando este ano de 81, gasta 707 milhões para a mesma verba?

Se acompanhasse o crescimento inflacionário, de 100 por cento poderia ter aumentado esta verba para 1 bilhão, 415 milhões de cruzeiros, mas jamais para 2 bilhões, 640 milhões de cruzeiros.

Será que em 1981 os gabinetes, a manutenção e afins dos Secretários fez o milagre como faz o povo brasileiro com seu salário, e conseguiu viver com 707 milhões? E precisa em 82, 2 bilhões, 640 milhões? Ou há alguma nave columbista por aí a querer projetar Secretários para Brasília? A custo de dólares astronômicamente carregados em cima do povo do Paraná.

Nem falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da verba de comunicação social. Passar 170 milhões, em 81, para 670 milhões em 82? E pedir para nós, representantes do povo, avaliar isso, dando o nosso voto? E ainda desconhecendo o plano de aplicação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, querem, efetivamente, transformar o País numa terra arrasada; mas não terão a nossa convivência, e nem o nosso endosso. Um País como nosso, devendo o que deve? Entendemos nós que é possível que nesse instante, também nos gabinetes, estejam raciocinando depois de nós, também o dilúvio.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos como firmeza de propósito, de que há de se aprofundar estas questões por isto faz parte de um projeto oficial.

O Governo hoje necessita sedentamente de dólares via município, via Estados, via empresa pública, via empresa privada, mas o bolo de neve cresce, a ciranda financeira se forma e não saímos mais do enroscado, e o País passa a ser administrado pela sua dívida externa.

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudos da Universidade de Campinas provam o seguinte: no ano de 1980, a cada dólar que o País obteve a título de financiamento externo, foi integralmente utilizado para pagar juros e amortizações ao exterior.

Repito porque é grave, Sr. Presidente, no ano passado, em 1980, a cada dólar que o Brasil obteve a título de financiamento externo, foi integralmente utilizado para pagar juros e amortizações ao exterior.

É por estas e outras razões...

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o eminente Líder, Nelson Friedrich, que se encontra na tribuna,

poderá ocupar por mais cinco minutos do Horário da Liderança do nosso Partido, e os restantes dos dez minutos serão ocupados pelo Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e continua com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e prossigo, portanto, para em breve concluir.

A carga de amortização e juros, cujas taxas efetivamente hoje são as mais altas pagas, porque as taxas de riscos dos nossos empréstimos já são por si só uma demonstração da desconfiança dos credores para com o devedor Brasil.

Este aumento de carga de amortização, precisa efetivamente ter um basta. E é por isso que entendemos que como faltou na época do milagre, quando iniciamos o sobre-endividamento, precisando de menos de 3 bilhões, fomos buscar mais de 13 bilhões, desnecessária esta pretensão que se iniciou este buraco infundável de endividamento.

Não podemos mais continuar colocando mais gasolina no fogo. E há que se por em prática a competência, a inteligência, a aptidão gerencial creditícia dos brasileiros, para procurar por seus próprios meios, pelas fórmulas internas e pelos esforços conjuntos de todo um povo, as saídas que nós precisamos, e de maneira urgente.

O Sr. Fiori Luiz — É uma preocupação de todos nós, porque hoje já o Sr. Raiz, é denominado de "o homem de seis milhões de dólares".

Quer dizer, seis milhões de dólares para acionar mais uma vez o "tremzinho da alegria", tendo como maquinista o Sr. Saul, para distribuir cheques e tentar arranjar votos no interior, à base de dólar.

Cem milhões de dólares para fins puramente eleitorais. Quais são os critérios, como disse Vossa Excelência, qual o plano de aplicação, quais as prioridades? É dinheiro para aumentar a corrupção em muitos municípios do interior do Paraná, porque é um dinheiro fácil, porque esta prestação de contas, é feita apenas junto à Secretaria do Planejamento.

Há Prefeituras do PMDB que não receberam as duas últimas parcelas prometidas este ano pelo Sr. Secretário. Uma delas, já enviou a prestação de contas à Secretaria do Planejamento, em agosto, dos 3 bilhões que recebeu. Uma parcela de 1,5 bilhão em outubro e outra em novembro, essa prefeitura não recebeu e diz o prefeito que o Secretário não vai liberar.

E daí o dólar, só para as prefeituras do PDS?

Qual o plano de ação, os critérios? O povo precisa saber e nós também, ou tudo será feito "por baixo do pano", para ampliar a corrupção, como foi feito pela Prefeitura de Londrina, na Rua Sergipe, onde o Secretário liberou 30 milhões e gastaram 10 milhões, e 20 milhões ninguém sabe onde está.

São 100 milhões de dólares para só aumentar a corrupção e tentar arranjar votos para o partido do Governo que está numa situação muito delicada, neste Estado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de, a propósito, neste final de pronunciamento, dizer que não pretendo entrar efetivamente nesses menores detalhes. Mas, o que fica claro é a nossa preocupação, por não conhecer com toda a clareza e profundidade necessárias, o plano de aplicação do empréstimo.

Mas, o que mais nos deixa apreensivos, é exatamente aquilo que foi o eixo do nosso pronunciamento, o endividamento externo do País, quando, na verdade, a Nação passa a ser administrada de fora para dentro, porque a dívida externa passa a gerenciar a nossa vida econômico-financeira.

E aí realmente as coisas mudam, e aí ocorre aquilo que dizíamos, um simples espirro do alto capitalismo norte-americano.



cano no aumento da taxa de juro; cria um terremoto na economia do País, aqui embaixo.

E aí, Sr. Presidente, o que fazer neste contexto? É preciso evidenciar a notória falta de representatividade e de legitimidade da política governamental, notadamente na sua condução econômica, debilitando ao limite a nossa capacidade de negociação externa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vamos, sem dúvida alguma, aumentar ainda mais a terra já arrasada, e não avalizamos o que depois deste Governo teremos de denúncias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, por dez minutos.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O INPS está divulgando, à boca pequena, e com dados tidos como pouco confiáveis, os números de acidentados no trabalho, no Brasil. A estatística, mesmo aquém da realidade, nos deixa estarecidos, senhores.

Foram 38 mil os mortos no trabalho, de 1970 a 1980. E nada menos do que 4.824 os desaparecidos, em 1980. E foram 16 milhões os feridos na labuta dos dez anos, de 1970.

Estes números, se colocados como resultado de uma batalha ou uma guerra, provavelmente revoltariam. Mais grave, entretanto, é constatar que ocorreram em obras de construção civil, no interior das fábricas, no campo, no comércio, onde poderiam ser evitados se a voracidade do sistema produtivo-capitalista não fosse tanta, no Brasil.

Em 1975, o Brasil batia recordes de acidente de trabalho, segundo a Organização Mundial da Saúde. Naquele ano, o País exibia a cifra de um milhão, 916 mil e 200 acidentados. Hoje, a mesma Organização, olha os números oficiais com desconfiança. Anuncia-se que são um milhão e 600 mil os acidentados, enquanto, sabemos, a realidade é bem outra.

Se de 1971 a 1980, os mortos no trabalho saltaram de dois mil e 500 para quatro mil e oitocentos, como crer que as ocorrências diminuíram? Há, entretanto, razões para isto. Além da necessidade governamental de manipular os números como tem feito sempre, o próprio temor do trabalhador em comunicar seus ferimentos na faina.

Os trabalhadores brasileiros têm se organizado para enfrentar as causas desta mortandade, e mesmo deste destino cruel de tantos milhões e verificam que as causas não são outras senão aquelas ligadas ao sistema produto.

É nada mais nada menos que a super-exploração, a mãe do drama do trabalhador; é nada mais nada menos do que o protecionismo dado aos patrões para que não cumpram a lei anti-acidente, que deixa de evitar que este ocorra; é a exploração desmedida que não encontra barreiras que leva o trabalhador, muitas vezes em estado de exaustão comparável à crueldade a que eram submetidos os operários, mulheres e crianças no período da revolução industrial, que cava a sepultura do trabalhador. É a forma de exploração do trabalho que impõe o cenário negro, o luto para milhões.

O Paraná não está distante desta realidade. Mesmo possuindo uma estrutura industrial pequena, mesmo estando o setor da construção civil em declínio, com cerca de 1 mil e 600 dispensados por mês, do mercado de trabalho curitibano, os acidentes crescem assustadoramente e se mantêm numa faixa sempre acima dos milhares.

De 1977 a 1980, houve um pequeno declínio. Mas, no último ano, os números foram revoltantes de novo. E sempre serão enquanto a causa destes sinistros, for a exploração. Em 1977, eram 84 mil os acidentados. Em 1978, 81.750; em 1979, caíram para 76.600. E, no ano passado, foram 84.250 os feridos e mutilados na produção.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Sofrer um acidente de trabalho, significa a um operário ou assalariado, no mínimo, o afastamento da produção, do mercado de trabalho. Na maioria das vezes, é acusado como responsável pelo acidente, mesmo que não esteja usando os equipamentos, porque, para fazê-lo, é obrigado a tirar do seu salário.

Em seguida, vem, além da crueldade no descumprimento à lei, pontos negativos à sua carreira de trabalhador assalariado. A própria lei exige que suas licenças sejam assentadas na carteira. E ao invés de se aferir o quanto este homem é escravizado a ponto de viver doente, estas manchas serão computadas contra si, como um operário relapso.

Perderá, provavelmente, o seu emprego. Se tiver sorte, será mais um encostado do INPS. E estará, para sempre, e ainda na juventude, entre os aleijados, amputados, feridos, cegos deste Brasil.

De 1977 a 1979, dobrou o número de aposentados por invalidez acidentária no País. De dois mil, foi para quatro mil.

Assim, nem os meios de comunicação registram mais estas ocorrências. Quando saem, estão nas páginas policiais, como se fosse comum ser mais um morto no trabalho. É que estes fatos fazem parte hoje, do dia a dia do exército sem direitos. Sabemos que milhares de trabalhadores acidentados sequer fazem reclamações trabalhistas ou recorrem aos seus sindicatos, por temor à represália.

Por aí é possível compreender o número de feridos registrados no ano passado no País, menos do que em 1975. Entretanto, além de sabermos que 1975 esteve entre os anos em que o Brasil mais se endividou para realizar as grandes obras faraônicas, que ainda hoje pagamos, sabemos também que não são necessários números para aferir a realidade.

No Norte do Paraná, nas cidades de Uraí, Assaí, e outras, há verdadeiro exército sem mãos, braços e dedos. Na construção civil de Curitiba, onde ocorrem 50 por cento dos acidentes, há uma fileira de aleijados.

As cenas são do tempo de guerra nas secções de acidentes de trabalho do INPS. E nos pronto-socorros não se pode mais esconder a verdade. Os trabalhadores e nós da oposição não podemos, entretanto, assistir a este morticínio parados.

Sabemos que as causas destas ocorrências não são banais. Estão ligadas ao sistema produtivo do País, nas mãos da selvageria capitalista. Ligadas, portanto, à inspiração do regime.

Queremos, entretanto, já, o cumprimento da lei, enquanto caminhamos para a construção de uma outra realidade, onde a perspectiva de vida, já tão curta, seja amputada pela super-exploração.

Anuncia-se uma terceira guerra mundial. Provavelmente será inevitável para curar as feridas do capitalismo que não encontra saídas para que não sejam as violentas. E as duas super-potências mundiais caminham neste sentido.

Já se diz que esta guerra será interimperialista. E a realidade objetiva demonstra exatamente isso. É, como também já se analisava, um confronto semelhante ao da Primeira Guerra Mundial, onde os trabalhadores foram a bucha dos canhões.

Entretanto, enquanto cresce o conflito mundial, os trabalhadores brasileiros enfrentam dificuldades comparadas à da guerra. Morrem trabalhando, são as buchas do canhão do desenvolvimento brasileiro que se resultado se tem verificado uma profunda e imensa crise.

Assim, levanta-se a sociedade. Prepara-se uma reviravolta. Trabalhadores, a oposição unida, mudarão esta situação. É necessário, entretanto, aferir as causas. Olhar a realidade objetiva, exigir, de imediato, que se estanquem as injustiças, que na realidade, só desaparecerão quando, de buchas de canhão, os trabalhadores se transformem no Poder deste País. O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Sr. Deputado, apenas para cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade do assunto que traz a esta Casa e também para lamentar, mais uma vez, que realmente são muitos os irmãos nossos que morrem e que são vítimas de acidentes de trabalho, em nosso Estado, e de resto no Brasil, sem que as autoridades encarregadas de prevenir, de fiscalizar que tais fatos ocorram, tomem qualquer providência concreta.

Aqui no Paraná, temos inúmeros exemplos de casos, de pessoas, que foram vítimas de acidentes de trabalho.

Um dos casos mais famosos e já abordado por Vossa Excelência e que ganhou destaque nacional, é o exército de vítimas de acidentes do trabalho, o que existe na cidade de Uraí, no Paraná. São pessoas que perderam as mãos, os dedos, braços, no trabalho.

Já foram feitas inúmeras denúncias nesse sentido, inclusive, pelo Vereador Severino, daquela cidade. Mas a autoridade, no caso do Paraná, o Delegado Regional do Trabalho, responsável pela prevenção, pela aprovação, pela minimização desse problema, não tem tomado providência alguma.

Profundamente lamentável, nobre Deputado, esta omissão imperdoável, vergonhosa, da Delegacia Regional do Trabalho, nesse setor.

Vossa Excelência está de parabéns em trazer este assunto à Casa.

E quero aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, registrar a omissão criminosa do General Adalberto Massa diante da gravidade deste problema.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO – Agradeço o aparte de Vossa Excelência.  
Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Esta Presidência consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, a Presidência consulta a Liderança do PDS.  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Há que se fazer algumas observações com referência a partes da Proposta Orçamentária do Estado que está em tramitação nesta Casa e que está sendo objeto, em alguns programas e sub-programas, de críticas das mais acerbadadas.

Ouvimos com atenção as colocações feitas com referência ao Quadro de Administração Superior - manutenções de Gabinetes de Secretários de Estado.

O cuidado que precisamos ter, com números, não vai apenas na observação do constante no Orçamento do ano de 82, mas há que se trabalhar para este ano também, e principalmente com os dados de balanço, para sabermos exatamente o crescimento de cada programa e cada sub-programa e de cada Secretaria de Estado.

Portanto, na Coordenação Superior, por exemplo, onde temos, de um orçamento para outro um crescimento deveras vultoso, no entanto, há que se observar os dados e a posição de outubro de 81, onde encontraremos um posicionamento completamente diferente, tanto que, as despesas até esta data, equivalem a uma importância de 1 bilhão, 261 milhões e 300 mil cruzeiros, e o orçado para 82, em 2 bilhões, 640 milhões e 499 mil cruzeiros.

Portanto, teremos um crescimento, para 82, de 109 e não de 300 por cento como o colocado. É verdade que os dados do Orçamento são uns e os do Balanço são outros, em virtude das suplementações que são feitas durante o ano. O crescimento em cada Secretaria, dá a impressão, nesse programa, ouvindo os posicionamentos dos Srs. Deputados, da tribuna.

que o crescimento que vai ocorrer nas Secretarias cujos titulares pretendem disputar cadeiras quer no Congresso, quer nesta Casa de Leis, é em virtude disto.

Temos o crescimento, por Secretaria. A que mais cresceu foi a Secretaria dos Recursos Humanos, com 254 por cento, e o seu titular não é candidato, nunca manifestou esse desejo, não há notícias na imprensa, não será candidato nas próximas eleições.

A Secretaria dos Transportes também cresceu bastante, e o titular também não é candidato, e esta Coordenação Superior refere-se não apenas aos números e aos posicionamentos que a gente possa pensar que é para manter o Gabinete do Secretário.

Na Secretaria da Educação, por exemplo, esses recursos são usados para se levar para o Interior do Estado, como auxílio às Prefeituras Municipais e pagamento dos professores.

(Lendo): “Todos nós, conhecemos a evasão de técnicos do serviço público para empresas particulares. Isto se deve à baixa remuneração que esses técnicos recebem do poder público.

Encontramos em qualquer atividade, homens que já passaram pelo serviço público e que não mais pretendem permanecer, em virtude da remuneração ser muito inferior ao que as empresas particulares lhe oferecem.

É por isso a dificuldade, digo, a necessidade de manter-se somas equivalentes às necessidades do Estado. Não é possível se manter uma soma baixa nesta manutenção, para não ter com isto um bom funcionamento das Secretarias de Estado.

Supervisão e Coordenação Superior - houve ou haverá em 82, um aumento de atividades. Compunha-se este sub-programa para 81, dois projetos, 31 atividades, totalizando 33 atividades, entre projetos e atividades.

Para 1982, cresceu o sub-programa SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR, de 02 projetos e 40 atividades. Portanto, para 42 atividades no seu total. Logicamente terá que haver um aumento em seus percentuais, caso contrário não haveria condições de se manter esta estrutura administrativa.

O orçamento atualizado em 31-10-81, um bilhão, 261 milhões e 300 mil cruzeiros, para 33 atividades. Dotações previstas para 82, 2 bilhões, 640 milhões, 479 mil cruzeiros, para 42 atividades e não para 33, como em 1981.

Portanto, o crescimento é apenas para cada atividade de 64 por cento. Os números podem ser, em determinado momento, ilusórios, dificultando portanto o entendimento desta Casa por culpa do sistema que se está implantado em todo o País, que o Poder Legislativo não tem condições de observar de perto o andamento das coisas do Poder Executivo.

Volto a me referir neste momento ao Projeto de Resolução que apresentei nesta Casa, procurando criar um serviço de coordenação e acompanhamento de recursos do Estado e da execução orçamentária para que, a cada momento, pudéssemos, acompanhando os Diários Oficiais, vendo as suplementações de verbas, alcançarmos a sua modificação, a dinâmica da modificação orçamentária e teríamos então, conseqüentemente, o acompanhamento e o melhor entendimento para votação da matéria no ano seguinte.

Discutiu-se a programação para o Teatro Guaíra, Teatro que foi agilizado e num seu relatório diz que apesar dos percentuais de aumento dos orçamentos a Fundações nos anos anteriores, terem sido fixados abaixo dos índices inflacionária, ainda assim foi possível realizar montagens de pequenas obras do próprio Teatro, produções maiores como Petruska, Quebra-Nozes, coreografias completas e nossas, do Paraná, ampliação do quadro de bailarinos próprios que é o orgulho deste País, primeiro atelier coreográfico, aumento de produções com aproveitamento de obras do atelier, contratação

de coreógrafos de renome internacional. Viagens ao interior do Estado, levantando dados e apresentando trabalhos para Medianeira, Toledo, Maringá, Cascavel, Londrina, Guarapuava e várias Capitais brasileiras como Belo Horizonte, Florianópolis, Vitória, Salvador, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, partituras musicais de Edu Lobo, Jogos de Dança, cursos permanentes de teatro, contratações de novos professores para o melhoramento de cursos, montagem de espetáculos para alunos de segundo e terceiro ano, criação do quarto ano, de nível superior, montagem de espetáculos com alunos, viagem pelo interior do Estado com espetáculos dos alunos de quarto, terceiro e segundo ano para Lapa, Ponta Grossa, Paranavaí, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho.

Portanto, atendendo a necessidade que se faz e que se levantou nesta Casa, de levar-se os espetáculos teatrais para o interior.

Núcleo de teatro, criação em 79. Em 80, pesquisa e levantamento de grupos amadores existentes na Capital e no Interior. Montagem de quatro espetáculos no Interior, montagem de dois espetáculos por vez, em 81. Realização de leituras teatrais, de leituras dramáticas, de ciclo de leituras, oito leituras, realização do terceiro ciclo de leituras, nove leituras. Reativação do auditório Glauco Flores de Sá Brito. Espetáculos internacionais de ballet e música clássica. Ampliação de grupos teatrais de outros Estados, auxílios para a apresentação neste teatro, criação de uma biblioteca para atender principalmente os alunos de cursos mantidos pela Fundação e em 81, ainda, a ampliação com aquisição de novas obras".

Portanto, é necessário que se entenda que o desenvolvimento de programas em determinados setores, absorve maior quantidade de recursos.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Facci, louvo vosso esforço que, bom se nós sempre estivéssemos discutindo neste nível.

Agora, falar em Quebra Nozes, em ballet e não se falar do número de assistentes, num Estado onde se morre de disenteria - caso de Engenheiro Beltrão - é no mínimo, um surrealismo muito violento.

Mas, eu queria me deter no problema abordado por Vossa Excelência, anteriormente.

Temos a projeção de 1980, quando a supervisão superior gastou 460 milhões; para 81, temos 770 milhões e dois bilhões, 640 milhões, em 82.

Vossa Excelência traz, dados novos, baseados no balanço ao qual, obviamente, não temos acesso. Ainda não temos esse acesso, porque não terminamos o ano.

Mas, eu, que tenho dito que tecnicamente inclusive o Orçamento do Estado é uma droga, me parece que esses números apenas o confirmam.

Porque, veja bem, se em 1980 nós gastamos 460, previmos para 1981, 770 e agora vai para 2.640, é no mínimo um atestado de que nossos técnicos não sabem o que estão fazendo.

E ademais, nobre Deputado, toda a Assembléia Legislativa, o gasto de toda a Assembléia, o orçamento de 82 é de 1 bilhão e 650 milhões. Quer dizer, todo o Poder Legislativo gasta menos que os gabinetes dos Secretários, independentes de seus programas, seus projetos ou suas atividades. No mínimo, tecnicamente, a coisa está mau colocada. Porque, de repente, se afunila na Secretaria, nos Gabinetes, verbas que aliás no dizer de um ilustre Secretário que foi reclamar da imprensa sobre o assunto, se coloca no Gabinete dos Secretários para ser mais fácil a manipulação. No seu dizer, isto porque nós temos o célebre 30 por cento.

Portanto, de repente a Assembléia, e Vossa Excelência disse muito bem: fica sem meios de saber o que se está fazendo. E nesse aspecto é que nós achamos que é totalmente supér-

flua a vinda ou não de um orçamento para esta Casa.

O SR. ANTÔNIO FACCI — A vinda da peça orçamentária para esta Casa, nobre Deputado, cumpre determinação constitucional, simplesmente.

Quando Vossa Excelência reclama que as dotações orçamentárias para o Poder Legislativo são pequenas, elas realmente são pequenas. Continuamos castrados, sem condições de nenhum acompanhamento.

Nós — e isto a maioria dos Srs. Deputados — nos preocupamos mais em conseguir assessoramento para determinadas atividades que dê notícias e não para um real acompanhamento e a real função do legislador, que é fiscalizar o Executivo.

Se nós compulsarmos aí, — aí sim o nosso pecado — o pecado nosso desta Casa, a assessoria técnica de todos os 58 gabinetes, encontraremos pouquíssimos economistas ou especialistas, nestas matérias. Vamos encontrar jornalistas, vamos encontrar assistentes sociais, outros tipos de assessores, mas não dispomos de cargos suficientes para colocar à nossa disposição, técnicos com capacidade de nos dar esse acompanhamento, porque é impossível, a qualquer Parlamentar, ter o acesso direto, pessoal, e de cuidar, ele mesmo, destes acompanhamentos.

Por isto, Srs. Deputados, dou razão a Vossa Excelência. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 25 do corrente mês, para oferecimento de emendas às Proposições números 107, 108 e 109/81, propostas de Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputados João Elísio e Fidelcino Tolentino, respectivamente.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal, 42 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente deliberação.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/81, de autoria do Deputado DEL CIEL, que revoga o art. 2º da Lei nº 6697, de 23 de julho de 1975 (Norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 101/81), que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.F., por unanimidade. EM REGI-

ME DE URGÊNCIA — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

OSR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 44 Srs. Deputados.

Há "quorum" para votação.

A Presidência procederá a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Darcy Deitos.

Em votação o Projeto de Lei nº 117/81.

28 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam.

Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 109/81), que objetiva aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EMENDAS DE PLENÁRIO de nºs 01 e 02, com Parecer Favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação as Emendas.

Emenda nº 01 — Aprovada.

Emenda nº 02 — Aprovada.

Em votação o Projeto de Lei nº 129/81. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 81/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 82/81 (Mens. Govern. nº 88/81), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de UMUARAMA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial do citado município. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 82/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 83/81 (Mens. Govern. nº 89/81), que aprova o Termo de Ajuste ao Convênio SISNIC 01/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando estabelecer bases de cooperação para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Micro-empresas Comerciais do Paraná". — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 84/81 (Mens. Govern. nº 93/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a construção de Módulo Esportivo do referido município. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/80, de autoria dos Deputados WERNER WANDERER, TÉRCIO ALBUQUERQUE e GERNOE KIRINUS, que cria o Município de MISAL, desmembrado do município de Medianeira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 85/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 86/81 (Mens. Govern. nº 92/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e os Municípios que especifica. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 86/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 92/81 (Mens. Govern. nº 100/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios nominados, visando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse metropolitano. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 87/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 95/81 (Mens. Govern. nº 105/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de CASTRO e PONTA GROSSA, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 88/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 91/81, (Mens. Govern. nº 99/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MANGUEIRINHA, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros, na sede daquele município. — Em votação.

O SR. GABRIEL MENOEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar, sobre o problema da Secretaria dos Transportes, quanto ao terminal rodoviário do Município de Mangueirinha. Estamos de pleno acordo.

Agora, queríamos alertar aos Srs. Secretários, aos ilustres Diretores da COPEL, dirigentes fajutos que estão procurando deturpar o Governo de Ney Braga, quando o Governador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, marca uma viagem para a nossa região, para o dia 26, o Deputado Palácios, o Deputado Aguiñaldo e este que fala da tribuna, só são convidados depois de uma "boca" no Palácio Iguaçu.

Como dizíamos, é a falência dos homens que estão em gabinetes acarpetados, com ar refrigerado e ganhando polpudos vencimentos e vantagens.

É por isto que estamos aqui. Um alerta ao nosso Governador, um homem que não tem dia, que luta diuturnamente, pelo

bem-estar do Paraná e de sua gente. Infelizmente, ele é sabotado pelas Secretarias e por esta COPEL que não faz outra coisa a não ser dilapidar o erário público.

Quando, Sr. Presidente, um Governador vai à região de um Deputado, e publica-se no jornal que comparecerão 30 prefeitos — e nós que temos a honra de ter 17 municípios em nossa região, não fomos comunicados, como esta famigerada COPEL, por estes homens que ganham mais que Vossas Excelências, mais que nós e mais que o próprio Governador... O Sr. José Domingos Scarpellini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Darei, depois de complementar o meu raciocínio.

Apenas para um desabafo, porque roupa suja se lava em casa, mas para que Sua Excelência o Sr. Governador sinta como um pedido de alerta, para que esta famigerada COPEL dê atenção aos Deputados, para que cada Secretaria que tem seu candidato a Deputado Estadual e Federal, também “caia na planície” para que, quando o Governador solicitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que cumpramos a nossa obrigação, para que nossa obrigação seja cumprida, então, quero falar alto e bom som, que essa famigerada COPEL deixe de fazer política, que deve ficar por conta dos políticos, que dêem a César o que é de César.

Autorizado pelo meu Líder, estou falando em meu nome, em nome do Norte Pioneiro, quando, nos jornais, acintosamente, eles avisam que 30 prefeitos estarão recebendo o Sr. Governador do Estado, depois de amanhã, quando nem nos avisaram.

E hoje vêm com a mentira de que os Deputados foram avisados. Então, se a COPEL tem seus próprios candidatos, a Secretaria dos Transportes também.

E essa Secretaria, ao transferir 5.200 sacas de cimento para um município que não tem onde colocar esse cimento, que o Sr. Diretor Geral da Secretaria dos Transportes prove onde esse cimento foi aplicado, porque é dinheiro do povo que não está sendo aplicado em benefício do próprio povo.

O Sr. Merlin é um homem que dá cimento para um prefeito que não tem onde aplicar, apenas para carrear votos. O Sr. José Domingos Scarpellini — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que no encaminhamento de votação não são permitidos apartes, e solicita ao nobre orador que se atenha ao encaminhamento da matéria que está em pauta.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, a matéria que está em pauta, fala num terminal de transportes. E vamos nos ater apenas a ela.

Porque, Sr. Presidente, quando se dá 5.200 sacas de cimento para o Prefeito de Carlópolis, para que ele venda ao vizinho Estado de São Paulo, para que ele venda e embolse o dinheiro, sem recolhê-los aos cofres públicos. É a minha palavra, estou me atendo apenas ao problema de transportes. É a minha palavra, Sr. Presidente, quando há corrupção em nosso Estado, quando estão apunhalando o nosso Governador pelas costas. É a minha palavra, Sr. Presidente, porque estou me atendo ao problema de transportes.

E faço essa pergunta, ao Sr. Merlin, e o desafio, que como Diretor Geral do DER nos diga onde foram essas 5.200 sacas de cimento que Carlópolis levou e vendeu ao Estado de São Paulo, sem Guia de Recolhimento para os cofres da Prefeitura.

Sr. Presidente, estou me atendo ao requerimento, estou fazendo um alerta ao nosso Governo: ou nos unimos, ou então “a vaca vai pro brejo” com corda e tudo, Sr. Presidente.

E “a vaca vai pro brejo” porque cada Secretaria tem um

candidato.

Estamos aqui pela quarta vez, e retornaremos com a mesma pergunta, que é um desafio ao Sr. Merlin, um desafio de honra.

Ele que pergunte ao Prefeito de Carlópolis onde foram aplicadas aquelas 5.200 sacas de cimento.

E mesmo aqui, na Assembléia Legislativa, na minha Bancada, tem um defensor do Prefeito de Carlópolis. Esse moço que vem à tribuna defendê-lo, que venha dizer ao povo do Paraná onde estão essas 5.200 sacas que tenho aqui, as quais para mostrar ao povo, que dentro de nossas Prefeituras existe corrupção.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, as sérias denúncias feitas nesta memorável tarde na Assembléia Legislativa, levam-nos a pensar.

A corrupção que estava grassando a nível federal, está começando a descer aos municípios e caminhar pelas estradas do interior do Estado do Paraná.

A denúncia feita pelo Deputado Gabriel Manoel, nesta tarde, é realmente motivo para que esta Casa comece a repensar e realmente criar, em cada Deputado, quer seja do PDS, PP, PTB ou PMDB, uma força interna, um reagrupar este Poder Legislativo, porque é muito pesada a denúncia feita pelo Deputado Gabriel Manoel, quando diz que um Diretor do DER entrega a um município, 5200 sacas de cimento, e o prefeito, ilicitamente, praticando crime de responsabilidade com a co-autoria do Diretor do DER, vende esse cimento, que é um patrimônio público, indevidamente, no Estado de São Paulo.

Este Poder Legislativo, pela sua submissão muitas vezes, tem sido cúmplice desses crimes que muito cometem em nome do Governo e em nome dos cargos que ocupam.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta denúncia do Deputado Gabriel Manoel seja apurada em toda a sua extensão, para realmente podermos saber quantos “prefeitos de Carlópolis” estão aí a vender cimento, quantas prefeituras que receberam verba do Secretário dos Municípios, Saul Raiz, e até hoje não implantaram, as obras e muito menos confeccionaram projetos referentes às obras das respectivas verbas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a denúncia é muito grave e séria. Portanto, conclamamos este Poder para que aprove um Pedido de Informações e para que se crie, em cima desta denúncia, uma CPI para apurar a responsabilidade desses homens que estão fazendo a malversação com os fundos públicos.

Quanto ao problema da COPEL, que é um problema simplesmente de ordem política, estamos vendo que, em cada Gabinete de cada Secretaria, existe um candidato a algum cargo; é muito bom a participação de todos na vida democrática e política deste País, neste momento de abertura, mas é muito melhor para a democracia e para a abertura, que esses que pretendem ser candidatos, não usem dos expedientes que vêm usando para adquirirem votos, vêm usando indevidamente a máquina do Governo deste Estado, vêm usando indevidamente dezenas e dezenas de funcionários públicos que exercem cargo em comissão, vêm usando os Srs. Secretários de Estado que saem por aí no “trenzinho da alegria”, “malufando” o Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que atravessamos a tão propalada abertura política, debates outros deverão surgir, mas acreditamos nós que, devesse ser em torno de idéias, de ideologias, aí sim, alcançaríamos ou aproximá-amos da perfeição democrática que a Nação tanto exige, mas não essa “politalha” tem sido feita em alguns Gabinetes e que a COPEL tem sido um instrumento, não de luz nem de força,

mas tem sido um "cavalo de batalha" de muitos que querem chegar ao poder, usando o dinheiro do povo.

Sr. Presidente, requieiro neste momento, seja encaminhada à Procuradoria da Justiça a denúncia do Deputado Gabriel Manoel, para que a Procuradoria tome as providências que achar necessárias.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos sido contundentes nas nossas análises e críticas desta tribuna. Já fomos taxados nesta Casa, de demagogos, de Deputado infantil, moleque, quando abordamos o problema de corrupção deste Estado, mas hoje esta Casa dá uma demonstração que vem corroborar, de forma direta, todos os meus posicionamentos nesses três anos da tribuna nesta Casa.

Ouvimos atentamente o Deputado do Governo, do PDS, Gabriel Manoel, levantar a roupa suja, puxar a ponta do véu da corrupção que sempre existiu, existe e vai existir mais ainda, quando chegarem os cem milhões de dólares do Exterior, que serão rateados entre as Prefeituras.

Quando abordamos desta tribuna, que existiam 17 candidatos oficiais, muitos deles Secretários de Estado, diretores de órgãos estatais, candidatos a deputado federal ou estadual, e que isso poderia ampliar a faixa de corrupção neste Estado, a corrupção em busca de votos, fomos taxados de demagogos, de inconseqüentes, de irresponsáveis, mas hoje, da própria boca de um Deputado do Governo, alertando para a entrega de 5.200 sacas de cimento para a Prefeitura de Carlópolis, que revendeu sem guia de recolhimento, ao Estado de São Paulo, esta Casa precisa apurar isso, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, levando esta questão de ordem. Vossa Excelência abriu há poucos instantes uma exceção para a nossa bancada, e em seguida, contemplando também a outra bancada.

Acho que já é hora da gente ouvir o encaminhamento da votação do Projeto de Resolução 88/81, com referência à construção de um terminal rodoviário de Manguelina, com todo o respeito ao orador que se encontra na tribuna. Acho que é o momento do encaminhamento da votação, e não ouvimos ainda falar sobre a construção do referido terminal.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado Gilberto Carvalho que vai solicitar do Deputado que está fazendo o encaminhamento, que se atenha ao assunto, mas com a mesma liberalidade que concedeu ao Deputado Gabriel Manoel, está concedendo ao Deputado Fiori Luiz.

Mas solicito do Deputado Fiori Luiz, que se atenha ao encaminhamento da votação.

O SR. FIORI LUIZ — Se a matéria fala em terminal rodoviário, a matéria fala em cimento e se falando em cimento, a declaração de Gabriel Manoel realmente é seríssima.

Vivemos hoje uma quadra que a classe política está desmoralizada perante a opinião pública. Todos nós estamos desmoralizados, sob a pecha de "vivermos em mordomias", de "regalias".

É hora desta Casa dar um basta e é hora de termos Deputados do Governo, com a ombridade e a seriedade de Gabriel Manoel, porque a grande maioria sabe da corrupção, dos chunchos e roubos, mas acobertam.

Quero parabenizar o Deputado Gabriel Manoel, e é uma acusação grave, efetivamente.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência determinasse que fosse expungido da Ata dos trabalhos, as expressões usadas no final do pronunciamento do Deputado Fiori Luiz, porque não conheço nenhum caso de corrupção.

Da minha parte, não visto a carapuça, e peço que se expunja da ata. É um pensamento subjetivo do Deputado Fiori Luiz, que a nossa Bancada repele com veemência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Está em votação o Projeto de Resolução nº 88/81. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 110/81. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/81, (Mens. Govern. nº 95/81), Proposta de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 1982. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era mais intenção nossa promover a discussão dessa matéria, já que amplamente isso aconteceu por parte de diversos Deputados, principalmente da nossa bancada.

Mas há pouco, ouvíamos o Deputado Antônio Facci, bem como as notas taquigráficas do pronunciamento também feito pelo mesmo Deputado, recentemente, nos leva a voltar ao assunto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes de entrarmos nos aspectos que nos trouxeram à tribuna, é preciso antes de mais nada — dizer e se ouviu antes do horário da Liderança do PDS, por parte do ilustre Deputado Antônio Facci, a referência à ausência de assessoria ou que tivéssemos uma assessoria mais condizente, para que os Srs. Deputados, utilizando-se desse importante instrumento de mandar, dinamizassem ainda mais o Poder e, conseqüentemente, a Instituição Legislativa fosse valorizada.

Mas, basta num demonstrativo da despesa por órgãos do Estado, para se ter uma idéia a quantas andam as situações que reinam em todos os departamentos, órgãos e até Poderes, no Estado do Paraná.

Seguidamente, não só a imprensa, como Deputados de outras regiões, como também observadores no meio do povo, têm efetivamente taxado o Deputado e a Assembléia Legislativa, como se estivessem vivendo numa verdadeira orgia de benefícios, benesses, em resumo, de mordomias.

E, se analisarmos o orçamento que em Terceira Discussão agora, participando, vamos ver que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem uma previsão no orçamento de despesa, de 1 bilhão, 652 milhões de cruzeiros. E se formos ainda entrar com mais especificidade nesta verba, vamos ver que para o Poder Legislativo, teríamos efetivamente uma dotação em torno de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, porque o restante é para conclusão da obra do Anexo que está se construindo ao lado.

Mas o que significa isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Que o Poder Legislativo do Estado, onde têm assento 58 Parlamentares, com mais de 500 funcionários, que atuam em todo o Poder, para manter a estrutura total, efetiva, deste Poder, na verdade apenas 0,8 por cento do orçamento do Estado está sendo direcionado para manter a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parece que é importante que cada Parlamentar, que perante a imprensa e a opinião pública devemos destacar estes valores,



porque num instante que temos um bilhão e 652 milhões de cruzeiros para toda a funcionalidade do Poder, para o subsídio dos Srs. Deputados, para manter toda a equipe de assessores, de funcionários, da limpeza, aos utensílios, aos móveis e até ao Anexo que se está construindo, há esta dotação — que corresponde somente a 0,8 por cento, não chegamos nem a 01 por cento do orçamento do total do Estado, é a prova mais evidente que as mordomias, as benesses, aqui não existem.

E, se elas existem, estão em outros setores. A rigor, no Poder Executivo. E inclusive em verbas da governadoria, em verbas de comunicação social e em outros valores, outras verbas que aqui já foram substancialmente discutidas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos, em hipótese alguma, deixar passar a discussão do orçamento sem solicitar, de todos os Srs. Deputados, para que haja uma reflexão sobre isto que acabamos de reprisar, que é exatamente menos de um por cento do total do orçamento, que será gasto para manter todo o Poder Legislativo, no ano de 82.

Quando vemos que praticamente um pouco menos da metade de tudo o que será gasto para manter o Poder Legislativo, vai utilizar-se o Governador do Estado na verba de comunicação social.

Eis aí como se comporta o Poder Legislativo. E o que o Poder Legislativo para obter mais independência? E obtendo mais independência, necessariamente haveria que ter melhor estrutura. É preferível que tivéssemos, cada Deputado, para bem exercer o mandato, uma assessoria qualificada e, para isto nós necessariamente deveríamos ter alocados mais recursos do que estes que compõem o total, menos de 01 por cento do valor orçamentário.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta primeira parte de nossa interveniência, ficamos neste aspecto, para destacar tão somente como homem do Poder Legislativo, para que não fiquemos às vezes engolindo, absorvendo, acusações fantasiosas, com interesses outros e que, acima de tudo, desprestigia o Poder Legislativo.

**O Sr. Antônio Facci — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)**

Deputado Nelson, ao fazer-me ouvir na discussão do projeto do orçamento, fiz com tranquilidade e, principalmente, fiz ver que o Poder Legislativo tem dotações pequenas, que as nossas assessorias, à disposição dos gabinetes, são pequenas. Mas, as existentes, não são utilizadas com técnicos para observar a tramitação e fiscalização orçamentária do Estado.

Até porque as quantias referentes ao que ganham os nossos assessores, são insuficientes, para manter assessores técnicos à altura. E se Vossa Excelência concorda com isto, há de concordar também que para gerir os negócios do Estado do Paraná e de suas Secretarias, é necessário se manter técnicos de maior nível, portanto, é necessário que lá também haja as verbas que estão alocadas: e por que?

Porque, se reclamamos maior verba para que nós tenhamos melhor assessoria, conseqüentemente, nós estamos dando razão aos Srs. Secretários de Estado, que lutam por melhores verbas para ter uma assessoria mais condizente.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e devo concordar exatamente na primeira parte dele.**

Temos uma assessoria pequena porque são pequenos os ganhos que possibilitariam a manutenção de um quadro mais qualificado. Sabemos que outros Parlamentos, mesmo no Brasil, têm uma situação de assessoria muito melhor qualificada.

Vejo, por exemplo, que inclusive e em outros Estados, que conheci, as próprias lideranças possuem às vezes até uma dezena de assessores especializados nos principais assuntos,

que dizem respeito aos Estados.

Mas, em outros países, o que dizer, quando deputados estaduais, possuem 18 assessores, especializados, inclusive ficando muitos deles, na região, produzindo semanalmente relatórios de problemas, de reivindicações, de assuntos palpitantes, para poder subsidiar o trabalho parlamentar dos Deputados.

Na segunda parte — e até aí somos concordes, é a nossa divergência. Porque basta ver que o Poder Legislativo, neste 0,8 por cento do total do Orçamento, que passará a ter, em 1982, teve um acréscimo de 116 por cento sobre a verba que recebeu este Poder no ano passado.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam o que fizeram os companheiros do PMDB. Propuseram uma emenda exatamente de número 26, para a execução, supervisão e controle do ensino de Primeiro Grau, dotando 453 milhões de cruzeiros, para poder melhor implementar o ensino de Primeiro Grau no Estado do Paraná.

De onde é que a Bancada do PMDB pretendia fazer esta transferência de valores? Exatamente da manutenção dos gabinetes de Secretários de Estado.

Por que? Por uma medida até de justiça. Porque, se o Poder Legislativo teve um acréscimo real sobre 81, de 116 por cento, o que leva os gabinetes de Secretário a ter o aumento exagerado que tiveram? Por que se somarmos todas as verbas destinadas à manutenção de gabinetes de Secretários para 1982, com base no aumento de 120 por cento que projetamos, partindo do pressuposto que este será realmente a defasagem inflacionária, teríamos uma sobra; em se somando todas as verbas, em 82, de 453 milhões de cruzeiros.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e ilustre Deputado Antônio Facci, é que temos a posição que acabamos de manifestar quando usamos o Grande Expediente.

É que se pegarmos os gabinetes dos Secretários de Estado de 1981, as verbas que receberam os gabinetes, e fizemos sobre estas verbas, a correção de 120 por cento sobre o que ganhavam em 81, sobriam 453 milhões de cruzeiros. Porque então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos calarmos e entendermos que os Secretários merecem para ter a sua assessoria, ora se até em 81, funcionaram com a assessoria, tiveram e têm uma assessoria a mais diversificada e ampla possível, e deu funcionalidade a tais Secretarias, por que é que então não tão somente para 1982, corrigir os valores recebidos dos gabinetes, para a sua manutenção, conforme a própria correção?

Portanto, de 120 por cento até com a folga, porque as previsões ao que tudo indica, nos dão uma correção para 1982, em torno de menos de 100 por cento. Mas fomos mais longe, num exaustivo trabalho do Deputado Deni Schwartz e Darcy Deitos, fez-se cálculo, Secretaria por Secretaria, e chegou-se a esta conclusão: sobram, se fossem corrigidas as verbas, sobram para manter os gabinetes das Secretarias, 453 milhões de cruzeiros, para 82.

E aí a procedência e a seriedade desta emenda que foi rejeitada. Porque, no momento em que o ensino do Paraná passa por este momento crucial com greve de professores, com pais, estudantes, técnicos em educação e professores preocupadíssimos pela qualidade do ensino ministrado, pelas às vezes, ineficiência ou precariedade dos instrumentos de ação educacional. Por que não jogar esta verba exatamente na execução, supervisão e controle do ensino de primeiro grau?

Aí a diferença do ponto-de-vista. Aí é que a ótica muda. Porque, a posição que manifestamos, foi exatamente de dar um equilíbrio mais sério, mais concreto, mais conseqüente, como exemplo típico, esta Emenda número 26.

E é por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós também estranhemos quando fomos criticados por ter feito uma pretensa dotação de seis milhões de cruzeiros para o

teatro popular. É que a nossa visão de teatro é realmente diferenciada daquela que o oficialismo pratica. Não é o teatro elitista, não é efetivamente o teatro que propõe de vez em quando a apresentação de peças, às vezes, caríssima e muitas delas até patrocinadas, porque, interesses e apresentadores internacionais aqui aportam.

O teatro popular que aqui propomos não necessita de grandes custos operacionais, porque, o teatro popular precisa acima de tudo, é de uma mera proposta de implementação, porque a sua praticidade, normalmente, é feita com condições precárias de cada bairro, de cada distrito, de cada lugar onde se faz uma experiência de teatro popular.

Quem não se lembra, por exemplo, hoje no Brasil, do que fez a União Nacional dos Estudantes em 60, 61, através de trabalhos extraordinários de poetas, teatrólogos, como Ferreira Goular, que conseguiu implementar nos bairros de Recife, Porto Alegre, Rio e tantos outros lugares, extraordinárias peças de teatro popular, muitas delas escritas, elaboradas empiricamente, pela vida do povo brasileiro e lá eram realmente encenadas sem um mínimo de custo sofisticado, porque em cima de um mero tablado e dentro até de um simples salão de qualquer bairro, de qualquer Capital, ou até em cima de caminhões se exibiram peças marcantes e que fizeram história na cultura popular deste povo.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é preciso se receber, como se recebia aqui a insinuação de que talvez o regime comunista seria facial, seria viável e seria de uma intenção louvável.

O teatro popular, acima de tudo, preserva o traço cultural de um povo e um dos maiores crimes que se comete em Curitiba e em todo o País, é exatamente elitizar o teatro e a cultura.

Muitas vezes, importando o que menos interessa para nós que são culturas alienígenas, desculturalizando o nosso povo e criando efetivamente, instrumentos de denominação cultural de outros países sobre o povo brasileiro. É via novela, via música, via teatro, via todos os instrumentos culturais disponíveis e que o sistema assiste passivo e estimulando até como acontece aqui no Paraná, este problema.

Faço isso, e inclusive elaborei esta emenda com um mínimo de valor, porque sei que o teatro popular não precisa de altos custos. Mas, não posso também, aceitar e a inspiração então veio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando no meu gabinete, na Liderança do PMDB, veio um grupo de atores e veio um dos produtores de peças teatrais de Curitiba, pedindo nada mais nada menos do que passagens para irem participar de um encontro de teatro popular, no Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se é possível dotar 277 milhões de cruzeiros para o Teatro Guaíra, com várias vezes multiplicada a verba que o mesmo teatro teve no ano de 81, porque, não se preservar um mínimo de valor para exatamente aplicar no teatro popular, que não exige sofisticação, que não necessita de grandes cartazes coloridos, basta ir ali no bairro e fazer, como aliás, a propósito disso, nós tivemos exemplos recentes por parte da Prefeitura de Piracicaba e mais ainda, por parte da Prefeitura de Lages, em Santa Catarina, que tem um amplo estudo e em ampla aplicação, um plano de teatro popular, com um mínimo de custo à municipalidade, porque o teatro popular é feito com atores, com projetos, com idéias, e com recursos do próprio bairro e do próprio distrito, onde as cenas, onde a peça foi encenada e foi aplicada.

Tem um aparte o Deputado Darcy Deitos, para eu ir a outro assunto.

**O Sr. Darcy Deitos** — Nobre Deputado Nelson Friedrich, Vossa Excelência com muita propriedade, dissecou o assunto com referência à dotação orçamentária do Teatro Guaíra, que à primeira vista e segundo críticas que a nossa Bancada sofreu

na discussão da peça orçamentária, de que nós estaríamos contra o desenvolvimento cultural dentro do Estado do Paraná.

Estávamos contra a vultosa verba que subiu de 45 milhões previstos no orçamento de 1981, para 277 milhões em 1982, dando um acréscimo nominal de 615 por cento.

É exatamente em cima disso que criticamos esta dotação orçamentária; e até nas emendas que foram apresentadas, em que Vossa Excelência é subscritor de uma e nós de outra, e que destinamos verba para a Casa da Cultura de Campo Mourão para que lá também fosse levada cultura para o pessoal do interior.

Era este o nosso enfoque e o nosso objetivo.

Mas, quando Vossa Excelência também discutia com referência às verbas dos gabinetes, quando discutimos desta tribuna, este projeto de lei do orçamento, fizemos uma análise de que em algumas Secretarias, onde os Srs. Secretários não eram já, veladamente, candidatos a Deputado Estadual ou Deputado Federal, as suas verbas sequer chegavam a acompanhar o aumento percentual do Orçamento de 81 para 82, que é de 142,4 por cento.

Eu me atenho especificamente na Secretaria dos Recursos Humanos, onde, até o presente momento, o ilustre Secretário não é candidato. Pelo menos é o que a imprensa tem falado: "este não é candidato". E a dotação orçamentária desta Secretaria subiu apenas 104 por cento. Vossa Excelência tem aí os valores, e não posso declinar os valores, especificamente.

Mas, adentrava eu este Plenário, quando ouvia o eminente Deputado relator do Projeto de Lei 110/81, o Deputado Antônio Facci, em que dizia que a dotação orçamentária desses Secretários para a manutenção de seus gabinetes, apenas acompanhavam a inflação.

Mas, neste caso específico desta Secretaria, pode ser que houve um remanejamento dentro da própria Secretaria. Mas, nesta Secretaria em que ele não é candidato, contrasta com outras Secretarias que tiveram aumento de duzentos e tantos por cento.

Veja Vossa Excelência que o Governo, ao preparar a peça orçamentária para 1982, a sua grande preocupação foi carrear verbas para os gabinetes dos Secretários que são candidatos para formarem a sua imagem política e tentarem se eleger com o dinheiro do povo.

Era este o aparte.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço a Vossa Excelência. Quando nós nos colocamos a favor do teatro popular, acima de tudo, estamos exatamente defendendo a cultura que há que se implantar neste País. Porque, ou se faz teatro popular ou vamos importar, sempre, entre aspas, a cultura de outros povos, não permitindo que nossas raízes, não permitindo que nossos traços culturais efetivamente sejam respeitados, e possamos ter uma coisa que este regime ajudou a derrubar, que foi a descaracterização cultural do povo, e que, por consequência, acaba quebrando o próprio patriotismo e, por via de consequência ainda maior, gera a quebra da identidade nacional do povo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a posição clara, entendemos assim, não porque achamos que somos donos da verdade, mas porque, se pegarmos as pessoas, hoje, com melhor identificação com a cultura da América Latina, do Brasil, vamos ver as suas posições, quer na UNESCO, quer em outros trabalhos que produzem, sempre procurando dar a identificação nativa, o traço cultural de cada povo, o que dizer, por exemplo, de importantes teatrólogos, intelectuais que, aqui no Brasil, não tiveram vez, ao contrário, chegaram a ser expulsos, exilados e acabaram agora, no retorno, recebendo, mais uma vez, o apoio, a recepção e os aplausos do povo brasileiro.

Vale dizer Paulo Freire que foi expulso do País, porque

era ignorante e subversivo, conclusão do IPM que sofreu.

E foi fazer o que? Foi servir à UNESCO. E, acima de tudo, implementar projetos de educação para adultos e cultura popular em outros povos da América, da Ásia e da África.

Outra questão que levantamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na questão do Orçamento, foi, por exemplo, de que nessa própria verba para teatro popular, onde buscávamos? Na Comunicação Social. Apenas um por cento da Comunicação Social que foi destinado à Comunicação Social da Governadoria.

E até dizíamos, na justificativa, "havendo valores astronômicos para Comunicação Social, por que não aplicar até um por cento da dotação global desta verba, à criação de uma campanha de teatro popular, que poderia, digo até, ser implementada num "pool" de interesses pelos próprios estudantes e pelas próprias associações de professores?

Fazendo com que a força comunicativa, formativa, crítica e cultura, do teatro popular, possa, democraticamente, chegar às periferias, e assim fazer com que paranaenses, que jamais entrarão no luxuoso Teatro Guaíra, - e nada temos contra a existência dele - possam conhecer e admirar espetáculos artísticos e culturais.

Obviamente, com este traço de ser de inspiração eminentemente popular, o nosso teatro.

**O Sr. Valduga** — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento).

Nobre Deputado, queria apenas situar a necessidade da manutenção das verbas do Teatro Guaíra, por ele vem, ao longo dos tempos, se transformando mais uma escola de instrumentação dos atores, do que propriamente numa casa de espetáculos.

Quer dizer, além de ser uma Casa de Espetáculos, ele cobra para apresentação para espetáculos de grupos de fora, daqui, mas antes de mais nada é uma Escola de Preparação de Atores e de outras atividades artísticas.

Temos, por exemplo, no Paraná, a melhor escola de ballet do Brasil. Sem dúvida a Escola de Ballet do Teatro Guaíra, faz orgulho ao Paraná. E isso tudo se conseguiu do movimento que vem crescendo, ano por ano, tendo uma melhoria.

Concordo com Vossa Excelência quando diz que o Teatro Popular deve ser básico. Mas, antes de mais nada, enquanto não se tiver forma de representação, enquanto não se tiver escola, enquanto não se der condições ao estudante para poder se movimentar em cena, fazer suas criações, não teremos conteúdo.

Quanto ao conteúdo das peças, das encenações, concordo perfeitamente, e participo da sua idéia. Mas não posso deixar de dizer que é muito necessário que se mantenha, integralmente, a organização do Teatro Guaíra, porque é a do Brasil a mais respeitada na sua estrutura geral.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, como também reconheço em Vossa Excelência não só um grande conhecedor, como até um dos atores de expressão que teve formação pelo Corpo Cênico do Teatro Guaíra...

**O Sr. Valduga** — Foi no SESI.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — ... pela Escola de Arte Dramática.

Não caracteriza o que estamos dizendo. Entendemos, e dou aqui um rápido exemplo para concluir esta fase da minha intervenção na tribuna, de que há poucos dias, quando tínhamos a greve dos professores, assistíamos uma manifestação de teatro popular, próximo da escadaria da própria Catedral de Curitiba, sem nenhuma sofisticação e com a atração muito grande - quem lá esteve, viu - de inúmeros populares, pessoas que por ali passavam, que acabavam sendo envolvidas pela idéia

de um teatro diferente, cujo corpo cênico na verdade formado por estudantes, exibia e apresentava, com muita propriedade, uma análise crítica da universidade brasileira.

Isto é teatro popular, que se faz na calçada, no bairro, no salão paroquial, em cima de um caminhão, em qualquer lugar, porque o teatro popular, como o nome está dizendo, tem sua inspiração lá onde a cultura popular se manifesta, onde os traços culturais precisam ser preservados, porque lá estão as raízes do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

**O Sr. Deni Schwartz** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vou chamar o testemunho do nobre Deputado Valduga, para demonstrar que não foram as verbas do Teatro Guaíra que deram prestígio ao Paraná, porque sem citar Sônia Braga e Tony Ramos, que são pessoas da televisão, conhecidíssimas, que saíram do Norte do Paraná sem passar pelas escolas do Teatro Guaíra, temos aqui exemplos, Ari Fontoura, que deve ter sido colega inclusive do ilustre Deputado Valduga, temos aqui exemplos de outros brasileiros que por aqui passaram e fizeram o seu nome no teatro da década de 50, 60, como Paulo Goulart e sua esposa, que hoje despontam no cenário artístico nacional, que passaram por aqui antes de existir o Teatro Guaíra, existia o Teatro Guairinha, e se fazia teatro na década de 60, 50, com as dificuldades que deve reconhecer e testemunhar o Deputado Valduga, e depois disso, quem apareceu?

Pelo contrário, em matéria de cultura, tínhamos cultura quando na década de 50 a Universidade do Paraná tinha uma das orquestras sinfônicas mais bem aparelhadas deste País, quando a Universidade do Paraná tinha o seu coral que orgulhava o paranaense, agora, aí há que se esclarecer. Gasta-se dinheiro no Carnaval, como se gastou para trazer críticos de arte para irem elogiar o Prefeito Jaime Lerner, como ocorreu na televisão Bandeirantes, no Canal Livre, quando o Sr. Jaime Lerner foi altamente elogiado pelos homens que gastaram mais de quatro milhões de cruzeiros em whiskey em apenas três dias de carnaval.

A denúncia é de um jornalista que há pouco ainda estava nesta Casa. Então, Deputado, há que se distinguir cultura, de gastos supérfluos.

A grande verdade é que o Teatro Guaíra, ainda nos últimos anos, não produziu um artista de nome nacional, enquanto que antigamente, quando se fazia teatro estudantil, alguns saíram deste Estado e foram fazer este Brasil e orgulharam os paranaenses. Nos últimos anos? Quem?

Fala-se da Escola de Ballet. Muito bem. Da montagem de algumas peças estrangeiras, aqui, mas as grandes manifestações culturais deste Estado, quando se quer fazer uma manifestação cultural, se vai atrás da Sociedade Juventus para levar os poloneses a dançar, ou se vai atrás dos gaúchos para trazer seu folclore. E daí para frente. Essas entidades, não são beneficiadas.

Então, é uma farsa o que se está fazendo em nome da cultura paranaense, isto tem que se deixar bem claro. O que se está fazendo em nome do Teatro Guaíra é um elitismo deslavado, e um aproveitamento muito grande. O que querem os governantes é serem elogiados lá fora, pelos artistas que, com polpudas verbas, vêm para o nosso Estado.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço o aparte, por sinal muito tempestivo e apropriado, e que só acrescenta porque isto faz parte até de um desabafo que fizemos recentemente, após uma apresentação teatral que, quanto se elogia pela televisão, pelo rádio, o Governo Ney Braga, exatamente isso se repete quando vêm aqui peças e atores importantes, e lá vai a televisão e o Governo do Estado explora a imagem de

Ney Braga recebendo esse ou aquele artista.

Tive a oportunidade de dar um desabafo. Não entro no mérito se houve na época, como titular do Ministério da Educação e Cultura cumprido com a obrigação de dar uma categoria profissional à classe artística, fico com uma importante observação, de que talvez esse mesmo Governo de que agora tem esses artistas pagos com polpudas verbas do povo via Teatro Guaíra, são os mesmos artistas que hoje exibem peças teatrais que em 64, é possível, esse mesmo Governador mandou queimá-las por serem subversivas, inconvenientes aos bons costumes do povo brasileiro.

Isso é efetivamente uma conclusão a que acabei chegando porque não posso me calar e ver como se aproveitam do dinheiro do Paraná.

Se trazem efetivamente artistas, se faz uma promoção até política, e será que não será a mesma técnica utilizada através dessa dotação extraordinária para que mais artistas venham aqui sem conhecer bem a realidade ou envolvidos às vezes até no interesse profissional e material da peça que está em cena, acabam fazendo a apologia de um Governo que entre outras coisas tem na sua vida passada este ponto escuro de ter mandado queimar livros e obras em praça pública para aplaudir os detentores momentâneos de poder e que tinham obtido este poder numa contra-revolução, numa ação golpista, porque este mesmo Governo, até a véspera, estivera com o anterior que era legítimo e constitucionalmente presente no Poder.

Preciso, antes que o meu tempo se esgote, voltar a uma outra questão. O Deputado Trajano Bastos com muita propriedade, ao discutir essa matéria também teve os seus apartes e nós vamos relembrar ao menos para mais uma vez ficar nos Anais da Assembléia, uma Emenda n.º 27 ao Orçamento, quando esta emenda dizia: "para reduzir a verba de comunicação social, para jogar no Fundo de desapropriação e colonização".

Insisto nisso porque exatamente além de ser uma região que está retalhada por este problema e que vem aí Ilha Grande com mais um ônus social. Não podíamos nos calar e mais uma vez manifestar se o Governo do Estado do Paraná tem mais de 670 milhões de cruzeiros para gastar em comunicação social, porque parte expressiva desta verba não tem uma destinação social exatamente no fundo de desapropriação e desajustes gravíssimos que existem hoje na região oeste com Itaipu, mas acima de tudo o que virá agora com Ilha Grande atingindo dezenas de municípios da região Noroeste e da região Oeste deste Estado.

Ora, Sr. Deputado, fico a imaginar neste instante, se o Governo Ney Braga, em 1981, esgotou a paciência do povo do Paraná com a propaganda no rádio, na televisão e nos jornais e gastou menos de 200 milhões de cruzeiros, imaginamos todos nós, o que será 82 com quase 700 milhões de cruzeiros e aí meus senhores, entro num campo que sei, polêmico, entro numa área que sei de reações, mas que não posso me calar, porque é uma fórmula de corrupção.

Temos que ampliar o conceito de corrupção porque ele ampliado já está, cientificamente.

Corrupção não é a que se faz só com dinheiro, não é o que se faz só com caixinhas; as várias fórmulas de corrupção hoje catalogadas também estão ali onde os meios de comunicação estão controlados.

Onde o direito de informação é desvirtuado e é efetivamente uma forma terrível de corrupção que se faz neste País, como se faz em diversos países e como se faz neste Estado.

Porque o direito à informação, é uma coisa, a propaganda paga pelo Governo é outra, e aí vejo uma fórmula de corrupção.

Como também é uma forma de corrupção que o sistema utiliza, a desorganizar ali onde a sociedade está mais organizada, por exemplo, quando cria o peleguismo no sindicato, quando intercede nas organizações da sociedade, quando pretende controlar e tutelar aonde existem setores da sociedade já em organização ou efetivamente organizada.

Portanto, não fiquemos na fórmula às vezes simplista de que corrupção é o que se fez na compra da Ligth, de que corrupção é o que aconteceu com as ações da Vale do Rio Doce, de que corrupção pode ser a venda de 5.200 sacas de cimento, há pouco denunciada por um Deputado do Governo. Não só é esta a corrupção que existe, são outras também, as fórmulas em que ela se manifesta e uma delas terrivelmente presente, é quando se tira o direito à informação. E quando eu vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se colocar quase 700 milhões de cruzeiros, ao menos passo a ter dúvidas de que efetivamente não está se criando aí mais um canal de corrupção, exatamente para evitar o direito da informação.

E faço aqui uma observação que pode surpreender alguns, entendo de que é possível o próprio Estado auxiliar os meios de comunicação e vou até dizer como: a maneira que já se encontrou em outros países de fazer com que o Estado esteja presente num subsídio a matérias-primas do meio de comunicação, deram resultados a estas práticas, como fazendo uma distribuição equânime ou via, benefícios tributários, ou via matéria-prima independente da posição do jornal, do rádio e da televisão.

Exatamente para permitir a independência do órgão de informação. Exatamente para permitir a independência do órgão de comunicação, do meio de informação. Isto alguns países conseguiram e o fizeram até com sucesso, porque a distribuição é equânime sem olhar para quem está se dando, tão somente se observando o que há que se ter um processo equilibrado mediano de distribuição equitativa.

Mas aqui não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui no País e aqui no Paraná, o que se vê, são dotações astronômicas e que são a rigor, conduzidas com o objetivo de evitar o direito à informação.

E aprofundo um pouco ainda esta questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que, muitas vezes se ouve dizer que o Governo tem obrigação de fazer publicidade. Também concordo.

Mas, acho que não é publicidade que ele tem obrigação de fazer, a obrigação do Estado via-poder, via-Governador, é prestar conta dos seus atos. Mas a prestação de contas implica numa responsabilidade ética e moral. Não basta dizer que temos 120 mil pessoas vacinadas no Brasil ou 12 mil no Paraná, é preciso dizer em que circunstâncias, de quantos precisavam ser vacinados, e quantos efetivamente foram vacinados e qual o tempo utilizado.

Não basta você dizer que está gerando emprego no Estado do Paraná como aparece todo dia, até com fotografia do Secretário da Indústria e Comércio no jornal, convidando até para reuniões que têm fotografias de Secretário de Estado.

Ora, Sr. Presidente, quando se vê na televisão e se ouve no rádio de que se está resolvendo o problema de desemprego no Paraná, na verdade o Governo do Estado do Paraná, o número de sub-empregados e, principalmente, não apresenta o quadro real que aí sim é a informação.

Portanto, o que existe é publicidade tendenciosa, para beneficiar pessoas que estão momentaneamente no Poder, ou grupo de pessoas que sustentam o Poder.

Por estas e outras razões temos que verberar, de maneira

Curitiba, terça, 24/11/81

muito incisiva, que é um absurdo o que tem o Orçamento do Estado do Paraná para 82.

A verba de comunicação social, e nós não vamos cansar de colocar este setor como um setor a ser clareado perante a opinião pública, porque, repito o que dizia antes, se já tivemos uma enxurrada de informes, de publicidade, pela televisão, pelo rádio, pelos jornais, ao custo que sabemos, quem sabe, por exemplo que chega até a 50 mil cruzeiros o segundo, num canal de televisão de maior audiência no Paraná, portanto cada um pode ter uma idéia do que se gasta. Para dizer o quê?

"O Governo Ney Braga está com você".

Imagine se estivesse efetivamente, Imagine se estivessem os homens que estão no Poder, a fim de dar ao Paraná as informações claras, objetivas.

Por isto não podemos nos calar. 330 milhões de cruzeiros, pensávamos que poderiam ser transpostos para o fundo de desapropriação e colonização, porque acima de tudo, os graves problemas remanescentes dos desapropriados de Itaipu e, principalmente, dos que irão ser desapropriados em Ilha Grande, vão necessitar deste Estado e do Governo a partir de 82, um comportamento muito sério, para que não ocorra o que já ocorreu agora com Itaipu, em que o Estado chegou, mas quando a água estava próxima a boca, junto ao desespero.

Por isto queremos concluir que tem sido dito e repetido que o centro do programa do Governo Ney Braga é o Homem. E lembro-me bem que quando discutimos as metas, o plano do Governo Ney Braga no início de nossa presença, aqui, líamos: embora diversificada por meio de vários objetivos, dentro de cada diretriz, o plano segue a orientação básica de colocar sempre o interesse humano acima de quaisquer outros fatores. Dizia Ney Braga e aqui está o plano.

A pessoa antes dos equipamentos, das cifras, das obras, às quais serão conseqüentemente projetadas a partir da pessoa e em função de suas necessidades.

A partir desse enfoque, o planejamento vale, primordialmente, pelos valores sobre os quais estruturaram, além da qualidade técnica formal, já que o desenvolvimento econômico só se justifica na perspectiva mais ampla do desenvolvimento social.

O objetivo maior de nosso Governo é trabalhar planificadamente em favor dos que vivem no Paraná, partindo do pressuposto de que os valores básicos a consolidar, dizem respeito à vivência solidária de uns para com os outros e aos direitos inalienáveis e irrenunciáveis de cada um; existir com dignidade; conviver com iguais oportunidades sob o império da lei, livres do medo e da indigência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos dúvida que entre os diversos setores a que se dedicaria o social, abrangendo a promoção da população carente, a saúde, a educação, a assistência social teriam prioridade.

A primeira Mensagem do Governo Ney Braga acentuou estes aspectos e recebeu impressão favorável de muitas lideranças políticas e de amplos setores da sociedade paranaense.

Reconhecia-se ademais que ao suceder a um Governo gerencial, na qual a infra-estrutura de comunicações era o centro, nada mais natural do que cuidar do Homem, do programa social.

Admitia-se em todos os setores que com o agravamento da crise econômica a enorme migração rural e a falta de oportunidades de trabalho, tanto na agricultura que se mecanizava como na pequena capacidade ocupacional das novas indústrias a questão social no Paraná, passava a ser mais do que importante, passava a ser decisiva para o nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual a nossa triste surpresa, ao ver que para 1982 entre outras coisas se fazem práticas como essa da comunicação social.

Se elaboram propostas como esta da manutenção e ampliação e supervisão, nos gabinetes dos Secretários. Exatamente os setores que melhor foram aquinhoados, se analisarmos comparativamente.

Porque, ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós vimos que aqui no Poder Legislativo, apenas se corrigiu o que a inflação poderá dispor para 82, fazendo um acréscimo sobre 81, de 116 por cento da dotação para o Poder Legislativo, como explicar que a verba de comunicação social passa a ter vezes e vezes mais do que teve em 81? E a manutenção dos gabinetes de Secretários, a mesma coisa.

Por isso, parece-nos que melhor seria o Governo Ney Braga assumir uma outra postura neste setor, neste aspecto. Alguns homens estão sendo efetivamente observados. Mas não o homem do Paraná.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Queria apenas fazer um reparo na declaração feita por Vossa Excelência de que o Governador Ney Braga tivesse sido um algoz, ou mesmo um homem voltado contra a cultura teatral, um homem que tivesse obstaculizado as promoções teatrais no Paraná.

Quero dizer que é exatamente o contrário. Ney Braga sempre foi o homem que se valendo do seu prestígio pessoal, defendeu mesmo nos períodos mais difíceis da revolução, da ditadura como seja, a apresentação de espetáculos os mais audaciosos, como por exemplo, a Navalha na Carne, de Plínio Marcos. Essa peça só foi possível ser levada à cena, graças à intervenção pessoal do então Senador Ney Braga.

Ney Braga sempre esteve voltado à cultura e por isso merece da classe teatral, as maiores homenagens como por exemplo, quando de sua posse, veio praticamente a unanimidade dos grandes atores do Brasil, a homenageá-lo e participar da sua posse como Governador, preterindo a outros Estados da Federação.

E ainda a título do que eu estava dizendo, que o Teatro Guaíra hoje precisa de condições porque é uma escola, vou citar exatamente o inverso do que disse o Deputado Deni Schwartz, quando falou que Paulo Goulart, nunca precisou de escola.

É exatamente o contrário: Paulo Goulart era um ator que estava praticamente no acaso, tinha começado a fazer teatro no Rio, voltou a Curitiba e aqui era um vendedor ambulante. Grande honra para ele, volto a estudar teatro, no Guaíra.

Aí participou da peça "A Megera Domada", dirigida por Cláudio Correa e Castro, outro cidadão que também se encontrava no ocaso; após a preparação, uma melhor instrumentação como ator, retornaram à cena nacional, como grandes atores que são.

Estes são os grandes benefícios que criam as escolas. Reciclar os atores; criar novos atores; então é muito importante que se dê o instrumento.

Acho que até é pouco o que o Guaíra faz. Continuo concordando com Vossa Excelência que o Teatro Guaíra deve abrir ao teatro popular, ao teatro de bairros, uma maior participação. Mas sem que haja uma preparação de atores, isto é impossível.

Agradeço e só faço aqui uma referência. Realmente não afirmamos taxativamente de que Ney Braga não tenha aqui e

acolá beneficiado a cultura. Mas nós fazíamos referência de que de maneira exagerada, há uma preocupação maior, com os setores culturais teatrais, portanto, mais elitizados, trazendo as vezes grandes expressões e se esquecendo de que nós precisamos valorizar. É o teatro popular, porque ali está uma característica de um povo, porque ali estão as raízes de uma Nação.

E acima de tudo a identidade do próprio cidadão de um País. Mas quero, concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que um conjunto de fatores de ordem econômica, social e política e cultural, assomou em nosso Estado nestes últimos anos, encontrando um Governo amarrado às suas próprias limitações estruturais, político-partidárias, não temos dúvidas.

Mas, não podemos nos esquecer de que, às vezes e repito para não ser mal entendido, porque, não somos contra.

Em vez das construções dos hospitais regionais, tivemos notícias de grandes campanhas publicitárias sobre saúde, de vacinação necessárias, porém, inseridas em campanhas nacionais que não demonstram maturidade de um programa sério e profundo sobre a saúde de um povo de maneira preventiva e permanente.

No campo da segurança pública, a exceção da implantação de alguns módulos de policiamento, em Curitiba, que é muito pouco para justificar a propaganda que faz o Governo, encontramos a máquina policial emperrada, e comprometida por denúncias cotidianas de corrupção e a violência que alguns chefes não conseguem controlar de seus subalternos.

Estamos apreciando agora, o último orçamento estadual, a ser elaborado e realizado pela atual administração e nele, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não encontramos o sinal que pretendia dar o Governo Ney Braga, o homem paranaense de que o conjunto da população tenha recebido os benefícios de que "Governo voltado para os problemas sociais", com programas sociais e de promoção das pessoas e grupos sociais.

Podemos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este orçamento, em vez disso, atesta que o atual Governo tem outros eixos de atuação e que a atuação social, não passou de uma cortina de fumaça. acabou se transformando num encontro político, melancolicamente, o atual orçamento colocado à nossa frente, apenas é um atestado político do atual Governo. Atestado indesmentível, porque, o Governo que faz o que fez, com verbas da comunicação social, na verdade, está acima de tudo querendo reproduzir o encontro político que fez até agora.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência proceda a votação, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 45 Srs. Deputados.

Está em votação o Projeto de Lei n.º 110/81. Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

30 Srs. Deputados o aprovam; 13 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 79/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado ANTONIO FACCI, que atualiza o texto da Carta Estadual ao texto da Carta Federal, em função das alterações nesta introduzidas pela Emenda n.º 13, de 10 de outubro de 1979. (Das licenças de Deputados e Ministros de Estados, Secretário de Estado e Prefeito da Capital, para tratar de saúde ou interesse particular. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

### COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO N.º 79/81

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O nobre Deputado Antônio Facci pretende inserir no texto da Carta Estadual o mandamento da Emenda n.º 13, de 10 de outubro de 1979, à Carta Federal.

Dispõe a citada emenda sobre a faculdade do Deputado licenciar-se por cento e vinte dias, para o trato de saúde ou de interesse particular, convocando-se o suplente. Representa, sem dúvida, a recuperação de um direito do parlamentar, que esteve eclipsado durante vários anos.

Face ao disposto no Art. 200 da Constituição Federal e ao conteúdo restaurador de franquia democrática, opino pela aprovação da Proposta, de molde a ser submetida à sábia apreciação da Casa.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1981.

(aa) GABRIEL SAMPAIO, Presidente;  
LINEU TURRA, Relator.

## EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 97/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera o Parágrafo Único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Reduz o tempo para a aposentadoria aos Professores). Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— Aprovado por unanimidade.

### COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

#### PARECER

(Proposição n.º 97/81)

Versa a presente proposta a inserção no texto da Constituição do Estado, de matéria introduzida na Carta Federal por intermédio da Emenda n.º 18, de 30 de junho de 1981. Consiste ela na redução para vinte e cinco e trinta anos, respectivamente à professora e ao professor adquirir o direito à aposentadoria por tempo de serviço.

É verdade que o preceito do Art. 200, da Magna Carta, já incorpora à Constituição do Estado essa conquista dos integrantes do Magistério Público.

Todavia, é aconselhável a atualização da redação do nosso texto constitucional, entre outros motivos, para facilitar a necessária consulta.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1981.



(aa) GABRIEL SAMPAIO — Presidente e Relator.

#### EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 98/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que acresce o art. 158 à Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, conforme especifica. Com Parecer FAVORÁVEL da comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Aprovado, por unanimidade.**

#### COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO N.º 98/81

##### PARECER

O nobre Deputado Gabriel Sampaio, com a presente iniciativa, visa transpor para a Constituição Estadual a matéria inserta na Carta Federal, através da Emenda n.º 12, de 17 de outubro de 1978.

Dispõe a referida Emenda sobre a proteção e amparo aos deficientes, mediante:

- a) educação especial e gratuita;
- b) assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- c) possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos;
- d) proibição de discriminação, inclusive quando à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários.

A matéria, na verdade, por força do Art. 200, da Carta Federal, já está incorporada ao texto da Carta Estadual, de sorte que, em se tratando de mera adaptação, opino favoravelmente.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1981.

(aa) GABRIEL SAMPAIO, Presidente;  
AIRTON CORDEIRO, Relator.

#### EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 99/81, à Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce o parágrafo 5.º, ao art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (Remuneração de Deputado Estadual). Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.— **Aprovado, por unanimidade.**

#### COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO N.º 99/81

##### PARECER

O nobre Deputado Erondy Silvério propõe a inclusão de mais um parágrafo ao Art. 13 da Constituição Estadual, a fim de vincular a remuneração do deputado estadual a dois terços no máximo, da atribuída ao deputado federal.

A fonte imediata da iniciativa encontra-se na Emenda n.º 21 à Constituição Federal, datada de 27 de outubro do corrente ano, que estabelece o mencionado teto aos deputados estaduais.

De sorte que, em se tratando de mera adaptação, a matéria não requer maior exame.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1981.

(aa) GABRIEL SAMPAIO, Presidente,  
AIRTON CORDEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128/81, (Mens.

Govern. n.º 108/81), que majora a partir de 1.º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 85/81. (Mens. Govern. n.º 94/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura na área industrial.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de Boa Vista da Aparecida, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado por unanimidade.**

#### PROJETO DE LEI N.º 30/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de BOA VISTA DA APARECIDA sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as seguintes divisas:

“Ao norte, preservando-se a atual divisa com o município de Cascavel, limita-se com este por uma linha seca que parte do rio Andrada, sentido oeste-leste até alcançar o rio Tormenta, a leste, tendo como divisa o rio Tormenta, no sentido norte-sul, até a foz deste, no rio Iguaçu, limita com os municípios de Catanduvas e o recém criado Município de Três Barras Paraná; ao sul, tendo por divisa o rio Iguaçu, a partir da foz do rio Tormenta, até a foz do rio Andrada, no sentido leste-oeste, limita-se com o recém criado Município de Nova Prata e com o Município de Realeza; a oeste, limita-se com o remanescente Município de Capitão Leônidas Marques, tendo por divisa o rio Andrada, desde a sua foz, rumo norte, até o marco divisório com o Município de Cascavel, ponto de partida, fechando o perímetro.”

Art. 2.º — Fará parte do Município de Boa Vista da Aparecida o recém criado distrito de Alto Alegre do Iguaçu, com as divisas constantes da lei n.º 7.298/80.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n.º 01/67, exige que um distrito para se emancipar, necessita de representação de pelo menos 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na área que deseja o desmembramento, com as firmas reconhecidas, o que ficou atendido pelo abaixo-assinado anexo, com firmas reconhecidas de 151 (cento e cinquenta e um) eleitores.

Por força da mesma lei, a população deve ser superior a 10.000 (dez mil) habitantes, o que está cumprido na forma da

certidão fornecida pelo IBGE, sendo obrigatório ter pelo menos dez por cento de eleitores da população, estando claro pela certidão do TRE, que há no distrito, 4.207 eleitores no final de 1979.

O centro urbano conforme o IBGE certifica é composto de muito mais de 200 casas, tendo hoje uma expressiva arrecadação estadual de impostos, além desta emancipação não causar ao município origem - Capitão Leônidas Marques - a perda dos requisitos legais para continuar sendo município.

Além dessas exigências da Lei Federal apontada, a lei orgânica dos municípios - Lei Complementar n.º 02, de 18-6-73 - do Paraná, estabelece que o Distrito emancipando deve ter pelo menos quatro anos de existência, o qual, a rigor, foi criado em 1967 pela Lei Estadual n.º 5705, de 13.11.67. Parte do seu território e do Distrito de Santa Lúcia, deu origem ao distrito de Alto Alegre do Iguaçu pela Lei Estadual n.º 7298, de 17 de janeiro de 1980. tudo conforme fotocópias dos Diários Oficiais do Estado n.ºs 215 e 719 respectivamente, o qual fará parte do município emancipando.

A área do atual Município de Capitão Leônidas Marques é de 663,27 km<sup>2</sup>, e com a emancipação de Boa Vista da Aparecida ficará com aproximadamente 330 km<sup>2</sup>, enquanto ao novo município pertencerá cerca de 333,27 m<sup>2</sup>, com apenas uma divisa por linha seca, já antiga e com o Município de Cascavel consoante elucida o mapa anexo.

A emancipação de BOA VISTA DA APARECIDA, é reivindicada pela sua população há vários anos, mas somente agora torna-se viável, em razão dos Atos institucionais e adicionais terem sido revogados.

Contado com 4207 eleitores no final do ano passado, seu contingente supera o de muitas outras comunas paranaenses.

Passando à condição de município, BOA VISTA DA APARECIDA passará a gerir o seu próprio destino e tratando diretamente dos seus interesses com o Governo do Estado, dele recebendo efetivo apoio no setor creditício, administrativo, infra-estrutura e outros benefícios levados a diversas outras sedes municipais, contando já com um sistema telefônico de múltiplos canais em fase de instalação.

Possui um entreposto da COOPAVEL (Cooperativa Aropecuária Cascavel Ltda) com larga capacidade de armazenamento e secagem de produtos agrícolas, além de outras unidades armazenadoras particulares. Contando ainda a população com uma agência bancária onde 1770 correntistas manejam seus recursos financeiros, dispondo ainda de 1000 depositantes em cadernetas de poupança que alcançam a cifra de Cr\$ 1.000.000,00, além do depósito líquido de Cr\$... 16.000.000,00. Os empréstimos rurais chegaram a Cr\$... 3.200.000,00, e os empréstimos comerciais atingiram Cr\$... 4.000.000,00. A arrecadação mensal média nessa agência, relativamente a INPS - FGTS e ICM e outros, no final de 1979, que é limitada, alcançou o valor de Cr\$ 800.000,00.

A produção agrícola, hoje em expansão, caracteriza-se pela sua diversificação, acentuando-se, sobretudo, o plantio de soja, milho, trigo, feijão, arroz, além de possuir grande plantel pecuário, notadamente bovino.

A presença da COOPAVEL ali no distrito, equacionou a agricultura, e desenvolveu a produção de suínos, que é feita em larga escala. BVA vive sua própria vida sócio-econômica, cultural e política completamente distanciado da hoje sede do município de Capitão Leônidas Marques. Isto se deve a diversos fatores, entre os quais, a precária ligação rodoviária, acentuada pelo grande obstáculo do Rio Andradá, somente trans-

posto através da precária balsa de tração manual, mediante cabo de aço.

Por outro lado, a população da sede do município, bem como do território que lhe será preservado por esta lei é composta de povo basicamente provindo do Rio Grande do Sul, com costumes, hábitos e etnias peculiares àquela região, enquanto que Boa Vista da Aparecida é formada por uma multiplicidade de procedências nacionais, tendo sua ligação sócio-econômica fundamentalmente vinculada ao Município de Cascavel, visto que as estradas favorecem este intercâmbio.

A outra parte do município original é servida por uma via asfáltica que liga seu extremo oeste, tanto com o Município de Cascavel como com o Município de Realeza, razão pela qual, além do obstáculo do rio Andradá, obriga a Boa Vista da Aparecida a ter uma vida praticamente independente da sede do município.

A aspiração de adquirir uma autonomia político-administrativa é antiga, tendo se agravado com a pavimentação da rodovia Cascavel-Realeza, a qual isolou completamente o distrito emancipando.

A própria verificação da situação geográfica do Município "mater" e dos Distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre do Iguaçu, justificam a pretensão da população, tanto desta parte quanto do remanescente do município, o que poderá ser verificado através da jurídica consulta plebiscitária.

Não há qualquer impedimento de natureza legal, econômica, social ou política, de vez que é uma aspiração que consulta os interesses de todos os munícipes. E com relação a arrecadação, nenhum prejuízo trará que comprometa a estabilidade ou a autonomia de um ou de outro.

Observa-se, finalmente, pelo incluso levantamento feito no tabelionato local, que a média anual de casamentos e nascimentos tem sido crescentes, salientando-se que grande parte desses registros ainda são feitos em Cascavel, polo catalizador das atividades econômicas, sociais e políticas da região, onde o Banco do Brasil detém parcela significativa das atividades bancárias ligadas à agricultura e pecuária.

O projeto aqui descrito está fartamente ilustrado por fotografias coloridas tiradas ainda no segundo semestre de 1979, as quais retratam algumas conquistas do povo pelo seu trabalho, ao mesmo tempo que permite o legislador uma visão mais realista da sua situação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 30/80

##### PARECER

O presente plano de lei tem por finalidade criar o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques.

Realizado o plebiscito para se cumprir o mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, levar o "sim" à criação do novo município.

Tal votação caracteriza o desejo de emancipação daquele progressista Distrito que agora se transforma em Município, com excelentes condições de constituir uma forte comuna do Paraná.

Em tais circunstâncias, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto, na forma do SUBSTITUTIVO de nossa autoria, compatibilizando as expectativas de Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques, constante das divisas especificadas na Resolução n.º 35/81, que originou o plebiscito. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;  
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

# PROJETO DE LEI N.º 38/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Ao norte começa na linha da gleba n.º 15, com 22 e segue pelo Rio Comissário, confrontando com o Município de Goioerê; a Leste, por uma linha seca das Glebas n.ºs 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, confronta com o Município de Boa Esperança; a nordeste, pelo Rio Ronquita, até a cabeceira mais alta, e deste segue por uma linha seca até o Arroio Mecherical, confronta com o Município de Boa Esperança; a Sueste, pelo Arroio Mecherical, Rio Catatumba, Rio Sununu e Rio Goio-Bang, confronta com o Município de Mamborê, e pelo Rio Goio-Bang, com o Município de Campina da Lagoa; a Oeste, por uma linha seca, confronta com o Município de Ubitatã, ao Sul, por uma Estrada velha, Juranda a Ubitatã, confronta com o Município de Ubitatã e a Oeste, por uma linha seca, com o rumo 00o00’N, confronta com o Município de Ubitatã, com área aproximada de 10.400 alqueires ou 260,0 quilômetros quadrados.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

## JUSTIFICATIVA:

A localidade de Juranda no progressista Município de Mamborê, vem apresentando no decorrer dos últimos anos um desenvolvimento dos mais acentuados, ensejando largas perspectivas de uma próspera comunidade quer no campo social, econômico, cultural e político, ocasionando a sua laboriosa população o desejo de sua independência, a fim de que esse desenvolvimento não venha sofrer solução de continuidade, mas pelo contrário possa ocasionar novas fontes de crescimento para o nosso Estado.

Pela documentação que apresentamos, de acordo com a legislação federal e estadual, disciplinadora da matéria, podemos constatar estarem preenchidas as condições mínimas para que o progressista Distrito de Juranda venha despontar como uma nova comunidade em favor do crescimento de nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos venha merecer o apoio e a provação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 38/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente projeto de lei tem por finalidade criar o Município de Juranda, desmembrado do Município de Mamborê com sede e divisas que especifica.

Analisando-se o processo, que cumpre ressaltar, está inscrito dentro de uma técnica legislativa das mais perfeitas; o que demonstra o cuidado que teve o legislador na sua apresentação revestindo-o com toda a documentação constante da lei complementar n.º 1, de 1967, que disciplina as normas reguladoras da criação de municípios, temos que, as exigências previstas na citada lei complementar estão cumpridas, com exceção do item IV do art. segundo, cuja declaração de fls 65 da Coordenação da Receita do Estado 12a. Delegacia Regional da Receita - agência de Rendas de Mamborê, não especifica se o montante ali arrecadado, corresponde ao exigido, o qual seja cinco milésimos da receita estadual de impostos.

Nestas condições, neste parecer preliminar, solicitamos seja encaminhado ofício desta Comissão à Secretaria das Finanças, a fim de que aquele órgão informe sobre o montante da arrecadação no último exercício da localidade de Juranda, e se o mesmo corresponde aos cinco milésimos da receita estadual de impostos, conforme determina o disposto no item IV do artigo segundo da Lei Complementar n.º 1, de 1967.

É o requerimento que apresentamos.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1980.

(a) Deputado DENI L. SCHWARTZ — Relator.

OK  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI N.º 38/80 *feito 12/5/80*

## SÚMULA:

Cria o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica. *240*

Art. 1.º — Fica criado o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê, com sede no Distrito do mesmo nome e divisas seguintes:

— Partindo de linha seca, de Glebas n.º 15 e 22, seguindo pelo Rio Comissário, confronta com o Município de Goioerê; por uma linha seca, por divisor de Glebas n.º 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, subindo por este para a cabeceira mais alta, desta cabeceira segue por uma linha seca até cair na cabeceira do Rio Catatumba, confronta com o Município de Boa Esperança; pelo Rio Catatumba, até a barra com o Rio Sununu, descendo pelo Rio Sununu, até a linha seca da Gleba n.º 5, com a Gleba n.º 8, seguindo por esta para o Arroio Guajuvira, descendo por este arroio até uma estrada que cruza o Rio Goio Bang, ligando com a estrada Mamborê a Campina da Lagoa; pelo Rio Goio Bang, confronta com o Município de Campina da Lagoa; por uma linha seca, da Gleba n.º 1 - Rio Verde, confronta com o Município de Ubitatã; por uma estrada Velha de Juranda a Piquiri, confrontando com o Município de Ubitatã; por uma linha de Glebas n.º 15 e 22, da Colônia Goioerê, confronta com o mesmo Município de Ubitatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981

(aa) Airton Crodeiro - Jurandir Messias.

**JUSTIFICATIVA:**

A modificação da área territorial e conseqüentemente das divisas do novo município se impõe pela necessidade de se harmonizar a situação geográfica deste com os anseios da população local que, através de seus lícitos representantes, se manifestam pelos documentos inclusos.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO  
SUBSTITUTIVO DO**

**PROJETO DE LEI N.º 38/80**

Objetiva o presente plano de lei de autoria do eminente Deputado Jurandir Messias, erigir em Município o Distrito de Juranda, desmembrado do Município de Mamborê, com as divisas que especifica.

Realizado o plebiscito, de acordo com a lei, a maioria absoluta da população votou afirmativamente à criação do novo município.

Retorna, agora, o processo a esta Comissão, afim de receber o necessário parecer, acompanhado de emenda substitutiva de seu ilustre autor, a qual encerra alteração de área territorial e divisas.

Cumpridas que foram cuidadosamente as formalidades legais e regimentais, inexistem óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

WERNER WANDERER, Relator.

Aprovado.

**O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero deixar claro a esta Casa, que sou Autor do Parecer deste projeto.

Vou votar, hoje, favoravelmente, mas no aguardo, em 2a. discussão sobre o Substitutivo Geral, de acordo com o que combinei com o Deputado autor, uma vez que, se aprovado o Substitutivo Geral, constante desse projeto de lei, ele ficará inconstitucional.

Infelizmente, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça não observou o fato seguinte: no dia 25 de agosto, o Tribunal Regional Eleitoral determinou um plebiscito em cima de um projeto de lei determinado e que se referia a uma determinada área a ser desmembrada do Município de Mamborê.

Esse plebiscito foi marcado para outubro. Em setembro houve um acordo que envolveu a Câmara Municipal de Mamborê, para que essa área fosse alterada. E não consta do projeto qualquer declaração do TRE, se o plebiscito foi realizado na nova área prevista no Substitutivo Geral, só apresentado em novembro.

Portanto, após o plebiscito, ou se esse plebiscito foi na área original.

Parece-me que se não for sanado esse problema, qualquer cidadão poderá derrubar esse projeto, portanto, ao Município, apenas com uma representação.

Razão pela qual, voto com o projeto, no aguardo de uma definição melhor quanto ao Substitutivo Geral.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação.**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

**O SR. JURANDIR MESSIAS —** Realmente o Deputado Deni Schwartz colocou muito bem o problema, ele que foi um estudioso da matéria ainda quando era membro da Comissão de Justiça desta Casa.

O Substitutivo apresentado pelo autor do projeto, realmente pretende ampliar a área no projeto inicial.

Tomamos inicialmente, Sr. Presidente, o devido cuidado em consultar o Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná; recebemos esta orientação que deveríamos apresentar no Substitutivo Geral ainda quando em tramitação na Comissão de Justiça. Hoje, o Deputado Deni Schwartz, como eu dizia, um estudioso da matéria e que me parece, com toda razão no caso em tela, este Deputado, que é o autor do projeto concorda plenamente com a sua justificação e se compromete a, no dia de amanhã, ir ao Tribunal Eleitoral do Estado e trazer daquele órgão, um documento para que seja apensado ao processo, ao Substitutivo, para uma melhor clareza à aprovação de Plenário com referência ao projeto em discussão.

Portanto, Sr. Presidente, tem toda razão o Deputado Deni Schwartz.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur) —** Em votação o Projeto de Lei n.º 38/80.— **Aprovado por unanimidade.**

**1a. DISCUSSÃO —** do Projeto de Lei Complementar n.º 138/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 117/81), que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976. (Estatuto do Magistério). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado por unanimidade.**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 138/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1.º —** O § 6.º, do Art. 10, os artigos 32 a 34, o caput do art. 68 e do art. 76 da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 10 . . . . .

§ 6.º — Cada Classe é composta de onze referências, sendo que a primeira corresponde ao vencimento inicial da Classe e as demais correspondem aos avanços diagonais previstos nesta lei.”

“Art. 32 — A promoção é o mecanismo de progressão funcional do Professor ou do Especialista de Educação e dar-se-á através de avanço vertical e de avanço diagonal.

§ 1.º — Por avanço vertical entende-se a progressão de uma para outra das Classes definidas no § 4.º, do artigo 10.

§ 2.º — Haverá dois tipos de avanços verticais:

a) avanço vertical por qualificação, através de concurso de provas e títulos a que se submete o Professor ou Especialista de Educação, para passar de um nível de atuação para outro, da mesma classe, com idêntica remuneração, respeitada a habilitação profissional legal e a linha de correlação fixada na sistemática de classificação de cargos adotadas por esta lei;

b) avanço vertical por habilitação, feito pelo critério exclusivo do nível de formação do Professor ou Especialista de Educação, para a elevação à classe

de remuneração superior, mas dentro do mesmo nível de atuação.

§ 3.º — Por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra das referências de uma mesma classe, definidas no § 6.º, do artigo 10, mediante o acréscimo de três por cento ao vencimento do Professor ou Especialista de Educação, acumulados a cada passagem para a referência consecutiva.

§ 4.º — A promoção por avanço diagonal, dar-se-á:

- a) por antiguidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço na Classe e na referência;
- b) por merecimento, avaliado pelo critério a ser estabelecido no Regulamento de que trata o artigo 36.

§ 5.º — Merecimento é a demonstração, por parte do Professor ou do Especialista de Educação, do fiel cumprimento de seus deveres, bem como da contínua atualização e aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 33 — Não poderá ser promovido o Professor ou Especialista de Educação em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

Art. 34 — O interstício entre duas promoções por avanço vertical, bem como por avanço diagonal por merecimento, será de dois anos.”

“Art. 68 — Observado o total de vinte horas semanais de trabalho e as demais prescrições legais, serão determinados pelos órgãos competentes:

- I — o período de trabalho diário no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centros interestaduais;
- II — o número de horas diárias de trabalho para cada cargo”.

“Art. 76 — A aula extraordinária terá valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

- I - nas 4 (quatro) primeiras séries do 1.º grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;
- II - a partir da 5a. série do 1.º grau, inclusive, até a

última série do 2.º grau;

- a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe B, ao ocupante de cargo de Magistério;
  - 1 - com formação pedagógica até 2º Grau;
  - 2 - acadêmico de curso superior de formação pedagógica,
  - 3 - não incluído nos incisos seguintes:
- b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:
  - 1 - com licenciatura de curta duração;
  - 2 - portador de registro “d” do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;
- c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo de Magistério, portador de licenciatura plena.”

Art. 2.º — Os atuais Professores ou Especialistas de Educação integrantes do Quadro Próprio do Magistério serão enquadrados, a partir de 1.º de janeiro de 1982, na Classe que ocupam, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Parágrafo único — Para efeito do enquadramento de que trata este artigo, considerar-se-á o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Art. 3.º — O Regulamento de que trata o artigo 36 da Lei Complementar n.º 7/76 será baixado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 4.º — Os Anexos I e II-B da Lei Complementar n.º 7/76 passam a vigorar na forma dos que integram esta lei, ficando suprimido o Anexo III.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1982, ficando revogados o artigo 12, o § 1.º do artigo 76 da Lei Complementar n.º 7/76, e demais disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

ANEXO I-1

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP  
Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: PROFESSOR – MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
I	MPP-101	1ª a 4ª Séries do 1.º Grau	A	1	A1-A2-A3-A4 A5-A6-A7-A8- A9-A10-A11	20	2.º Grau com três Séries
			B	2	B1-B2-B3-B4 B5-B6-B7-B8- B9-B10-B11	20	2.º Grau com quatro séries ou 2.º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de curta duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5- D6-D7-D8-D9- D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura plena
II	MPP-102	1ª a 6ª Séries do 1.º Grau	B	2	B1-B2-B3-B4 B5-B6-B7-B8- B9-B10-B11	20	2.º Grau com quatro séries ou 2.º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de Curta duração
			D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena



Anexo I-A  
(Continuação)

III	MPP-103	1.ª a 8.ª Séries do 1.º Grau	C	3	C1-C2-C3-C4- C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5- E6-E7-E8-E9- E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena
IV	MPP-104	1.ª a 8.ª Séries do 1.º Grau e 1.ª a 2.ª Séries do 2.º Grau	D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D-11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena
V	MPP-105	1.º e 2.º Graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena

**QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP**  
**ANEXO I-B**  
**Estruturação da Carreira de Magistério – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO - MPE-200**

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de Curta Duração
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.

**ANEXO IB**  
(Continuação)

Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4- C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4- C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.

## PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

## ANEXO II-B

Serviço: MAGISTÉRIO — Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/81

## PARECER:

O presente Projeto de Lei Complementar nº 138/81, oriundo de Mensagem Governamental, visa alterar dispositivos da Lei Complementar número 07, de 22/12/76, conforme especifica - Estatuto do Magistério.

Analisando-se a matéria no seu aspecto constitucional e legal a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a mesma está em condições de ter a sua normal tramitação por esta Casa, não havendo qualquer óbice quer legal ou constitucional, que possa impedir a sua aprovação.

Queremos aqui salientar que a medida proposta vem atender às justas reivindicações do Magistério de nosso Estado, conforme a justificativa que apresenta o Chefe do Poder Executivo na Mensagem Governamental 117/81, e se traduz na concretização das promessas feitas pelos eminentes Secretários de Estado da Educação, Recursos Humanos, Finanças e Planejamento, quando nesta Casa, em reunião da Comissão de Educação com os representantes de classe, trataram desse importante assunto para o Magistério em nosso Estado.

As medidas aqui propostas refletem o entendimento havido entre os representantes de classe do Magistério e o Poder Executivo, sob a decisiva mediação que foi exercida por este Poder Legislativo, através dos Srs. Deputados, em sucessivas reuniões da Comissão de Educação.

Com isso, queremos ressaltar o importante papel desenvolvido por este Poder Legislativo, no atendimento das reivindicações do professorado paranaense, e que agora se concretiza no texto do presente projeto de lei complementar.

Nestas condições e deixando-se o mérito da matéria para ser analisado pelas demais Comissões Técnicas desta Casa, que por certo o apreciarão, apresentamos o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 138/81

## PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental 117/81, o presente projeto de lei objetiva a ampliação das possibilidades de promoção, por avanço diagonal, de modo a tornar a carreira do Magistério, mais compatível com o Quadro Geral do Funcionalismo Civil do Estado.

Regimentalmente, o enfoque desta Comissão recai sobre o conteúdo financeiro da propositura, nos seus suportes e repercussões, sobre as disponibilidades do erário, assim sendo e ainda considerando a justificativa que acompanha a presente mensagem, temos que o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 138/81

## PARECER:

O projeto em questão, proposto pelo Governador do Estado, através da Mensagem 117/81, objetiva a ampliação das possibilidades de promoção por avanço diagonal, de modo a

tornar a carreira do magistério mais compatível com aquela do Quadro Geral do Funcionalismo Civil do Estado.

Decorre desta medida, a obtenção de benefícios adicionais aos membros mais antigos da carreira.

Prevê ainda o projeto, que a passagem de uma referência para a seguinte, possa se dar por antiguidade ou por merecimento.

Por outro lado, aduz a Mensagem, o projeto propõe a carga horária semanal de trabalho, atualmente de 22 horas, seja reduzida para 20 horas.

Outra modificação se encontra na formulação de um critério para cálculo do valor das aulas extraordinárias.

Todo este elenco de medidas, visam beneficiar a operosa classe dos professores do Estado, de acordo com a orientação que o atual Governo se impôs, de valorizar os seus recursos humanos.

Desta forma, esta Comissão se pronuncia com a maior satisfação pela aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em  
(aa) NELSON BUFFARA — Presidente  
JURANDIR MESSIAS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 114/81), que dispõe a aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, por unanimidade.

## PROJETO DE LEI Nº 139/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — As disposições do Plano de Classificação de Cargos instituída pelo artigo 1º da Lei nº 7424, de 17/12/80, aplicam-se aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Art. 2º — Não se aplicam aos funcionários integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado as disposições do art. 7º, parágrafos 3º e 5º da Lei 7424/80.

Art. 3º — O enquadramento do funcionário integrante do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, far-se-á mediante aplicação da tabela de correlação de cargos constantes do anexo II, da presente lei.

Art. 4º — Os cargos de provimento efetivo da Parte Permanente, dispõem-se em grupos e são identificados por código, categoria funcional, padrão amplitude de referência e quantidade, conforme o estabelecido no Anexo I desta Lei.

Art. 5º — Os funcionários estáveis no serviço público estadual, integrantes do Quadro Geral e que até a data de 01 de julho de 1981 estejam lotados na Procuradoria Geral da Justiça, poderão optar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, pelo Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, observada a correlação de cargos.

Art. 6º — Os efeitos financeiros da aplicação do disposto nesta lei, serão devidos a partir das mesmas datas em que forem enquadrados provisória e definitivamente os funcionários pertencentes ao Quadro Geral.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I

GRUPO "A" ADMINISTRATIVO

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
A-08	Auxiliar Judiciário	E	1	11	39
A-09	Oficial Judiciário	F	1	11	33

ANEXO I

GRUPO "p" PROFISSIONAL

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
P-01	Assistente Jurídico	I	1	11	5
P-03	Bibliotecário	H	1	11	5
P-15	Técnico de Administração	I	1	11	5



ANEXO II  
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS  
GRUPO "A" ADMINISTRATIVO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Oficial Judiciário	19, 20, 21, 22 e 23	Oficial Judiciário	F
Auxiliar Judiciário	13, 14, 15, 16 e 17	Auxiliar Judiciário	E

ANEXO II  
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS  
GRUPO "P" PROFISSIONAL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Assistente Jurídico	26, 27, 28, 29 e 30	Assistente Jurídico	I
Bibliotecário	24, 25, 26, 27 e 28	Bibliotecário	H
Técnico de Administração	24, 25, 26, 27 e 28	Técnico de Administração	I

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 139/81**

**PARECER:**

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade aplicar disposições do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei 7424, de 17/12/80, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, conforme especifica.

Acompanha a Mensagem o Ofício número 577, do Sr. Procurador Geral da Justiça, em exercício, através do qual são expostos os reais motivos da apresentação do presente plano de lei.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstar a sua tramitação por esta Casa, já que a iniciativa para tais processos legislativos é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo (Arts. 25 e 35 da Constituição Estadual).

Nestas condições, sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, o nosso Parecer é Favorável, deixando-se o mérito da matéria para ser analisado pelas demais Comissões Técnicas desta Casa, que por certo a apreciarão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 139/81**

**PARECER:**

Trata a presente proposição, de aplicar aos integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, os dispositivos do Plano de Classificação de que trata a Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980.

O objetivo da análise desta Comissão de Finanças, consiste no aspecto financeiro do projeto, sobretudo no tocante ao suporte, em termos de recursos, da execução daquilo que pretende.

Efetivamente, a explanação contida no presente projeto, demonstra estar a futura lei em providência perfeitamente adequada.

Diante do exposto, o parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PROJETO DE LEI Nº 139/81**

**PARECER:**

O projeto em exame objetiva aplicar aos integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, as disposições do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Nada mais justo do que abranger a importante categoria de servidores do Estado, representada pelo corpo de Pro-

curadores da Procuradoria do Estado.

Justíssima, sob todos os aspectos, a medida, razão pela qual opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente  
JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Trida, ocorrido em Borrazópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edvino Ohlweiler, ocorrido na cidade de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Bernoldi, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Japyr de Freitas, ocorrido em Morretes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 22/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 128 e 117/81. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeriro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação).

08 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei nºs 32, 74 e 117/81.

**2ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei nºs 30, 32 e 38/80, e 79 e 139/81 e de Resolução nºs 85, 86, 87, 88, 90 e 92/81, e de Lei Complementar nº 138/81 e das Proposições nºs 79, 97, 98 e 99/81.

Levanta-se a Sessão.